



UEPB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DG
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

GUSTAVO BARBOSA PESSOA

**A FORMAÇÃO TERRITORIAL NA LUTA PELA TERRA: A INTER-RELAÇÃO
ENTRE CAMPO E CIDADE NO MUNICÍPIO DE MARI-PB**

GUARABIRA-PB
2023

GUSTAVO BARBOSA PESSOA

**A FORMAÇÃO TERRITORIAL NA LUTA PELA TERRA: A INTER-RELAÇÃO
ENTRE CAMPO E CIDADE NO MUNICÍPIO DE MARI-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito obrigatório para à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Área de concentração: Transformações Econômicas nos Espaços Urbanos e Rurais.

Orientador: Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França

Coorientador: Francisco Fábio Dantas da Costa

GUARABIRA-PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P478 Pessoa, Gustavo Barbosa.
A formação territorial na luta pela terra [manuscrito] : a inter-relação entre campo e cidade no município de Mari-PB / Gustavo Barbosa Pessoa. - 2023.
72 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França, Departamento de Geografia - CH. "

"Coorientação: Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa , Departamento de Geografia - CH."

1. Geografia Agrária. 2. Economia Territorial. 3. Resistência campezina. 4. Desenvolvimento. 5. Políticas públicas. I. Título

21. ed. CDD 910

GUSTAVO BARBOSA PESSOA

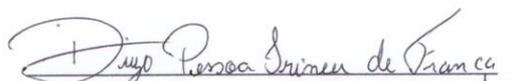
**A FORMAÇÃO TERRITORIAL NA LUTA PELA TERRA: A INTER-RELAÇÃO
ENTRE CAMPO E CIDADE NO MUNICÍPIO DE MARI-PB**

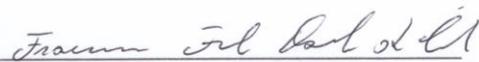
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em forma de monografia, apresentado a banca Universitária da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

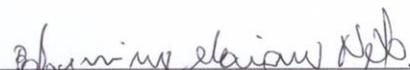
Área de concentração: Transformações Econômicas nos Espaços Urbanos e Rurais.

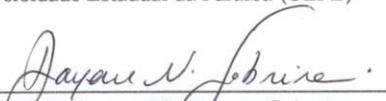
Aprovada em: 27/11/2023.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Diego Pessoa Irineu de França (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa (Coorientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profa. Dra. Dayane Nascimento Sobreira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus familiares e amigos, pelo incentivo e auxílio nas horas de maior necessidade, sempre me apoiando com amor, companheirismo e amizade, respectivamente, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu fiel companheiro que, no início dessa jornada, preencheu-me de fé, guiou meus pensamentos e forças para adentrar no curso de Licenciatura Plena em Geografia. Que nos momentos mais difíceis do curso durante o período da pandemia de Covid-19 (20 de março 2020 até 22 de abril de 2023) consegui permanecer na labuta dos livros e escritas, nos períodos que se sucederam a vários entraves psicológicos, sem me contagiar com essa enfermidade. Nenhuma pessoa sobreviveu a pandemia sem ter algum efeito negativo, contraditoriamente, a universidade foi um ponto de equilíbrio, na persistência da vida acadêmica no ensino remoto.

A minha família (avós, pais, tios e tias, primos) que sempre me apoiaram e compreenderam que as noites em claro foram uma parte da jornada para alcançar uma vida melhor. Em cada palavra, gentileza, ação e investimento feitos nesse período me ajudaram a ser esta pessoa benevolente. Ao meu Pai, Ivan Gomes Pessoa que foi o primeiro a me motivar para adentrar a vida docente, e com entusiasmo orgulhou-se de me ver estudando na universidade. A minha Mãe, Maria Cristina Barbosa Pessoa que sempre concerniu as manhãs, tardes e noites que passei estudando em casa e na universidade. A minha tia, Maria Luíza Gomes Pessoa que sempre me aconselhou e impeliu ao trabalho docente, que com sua sabedoria me inspira a ser um professor esforçado, compreendendo que a vida na escola não é fácil e que tem que ter muita dedicação.

Aos meus amigos e colegas universitários que cursaram comigo o 1º período até agora, nessa árdua batalha, permanecendo firmes e trabalhando juntos para poder realizar as atividades, eventos e participar das aulas de campo. Em especial a Ramon Silva Souza, que desde o ensino médio conversamos e idealizamos um mundo de equidade e respeito as diferenças e que a Geografia nos traz o pensamento crítico para discernir o que é importante e necessário na vida. Sempre unidos, com palavras de incentivos e apoio emocional nessa longa caminhada buscando alcançar os nossos ideais.

Aos professores que nessa jornada de superação, lutando e evoluindo a cada desafio superado, me apoiaram, ajudaram e aconselharam aos desafios. Em especial ao digníssimo Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa, que sorrindo enxergou o meu potencial e inspirou nessa trajetória acadêmica.

A Dra. Juliana Nóbrega de Almeida que no ano de 2022 me acolheu no seu Grupo de Estudos GPSEG e no PIBID, sempre com ânimo e carinho pode me ensinar.

Demonstrando que cada pessoa é um universo e que o papel do professor é abrir as fronteiras desses universos particulares dos alunos.

Ao Dr. Diego Pessoa Irineu de França (Orientador) que sempre paciente e com carisma se preocupou com a formação de seus orientandos, se dedicando a discutir ideias, a repassar as suas experiências, a criticidade no ato de criar discursos. Um grande instigador nos momentos de crise, com um sorriso no rosto, mesmo estando cansado levava ânimo aos seus alunos.

A todas as pessoas que estiveram comigo durante esse percurso ou que tiveram uma pequena passagem por ele, agradeço pelas conversas, experiências e o tempo compartilhado, guardarei em minhas memórias e no coração tudo o que vivi. Agradeço a todos.

“Assume-se, portanto, que as condições de vida dos trabalhadores rurais estão vinculadas ao modo de estruturação e de organização do espaço agrário. Daí a importância de um estudo que procura desvendar a dinâmica organizacional desse espaço, enquanto subsídio para os movimentos que se integram na luta pela melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora. (Moreira e Targino, 1996, p. 24).”

RESUMO

A história de posse e luta por terra no Brasil é um fenômeno que configurou a economia, a política e a vida da população trabalhadora nos espaços rurais e urbanos do país. O monopólio produtivo das terras para exportação de *commodities*, causa um controle social daqueles que não as tem e, assim, ocorre o êxodo rural do campo para as periferias e os centros urbanos municipais, os camponeses buscando empregos e uma melhora na qualidade de vida. Com isto, este trabalho vincula a produção econômica nos espaços rurais de Mari, que organiza a população segundo as forças territoriais que se impõe e, que contraditoriamente, encontram resistência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que lutam para manter no campo o trabalhador rural. Tem como objetivo geral compreender a relação entre campo e cidade no município de Mari, através do seu processo histórico de territorialização, na luta por terras, desenvolvimento econômico e bem-estar da população trabalhadora rural. Desencadeando a sua organização territorial/espacial atual. Fazendo-se um estudo quali-quantitativo, foram feitos os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica e documental, entrevistas, trabalho de campo e uma análise de dados quantitativos de sites como: IBGE e SIDRA. Além de utilizar o materialismo histórico – dialético para dialogar sobre o fenômeno estudado em sua totalidade. A discussão se pauta nas políticas de implementação agrícola que resultaram na dissipação da população do campo para cidade, além, de uma estrutura de requalificação dos espaços rurais com a luta por terra e a criação do Assentamento Zumbi dos Palmares.

Palavras-chave: Geografia Agrária; Economia Territorial; Desenvolvimento e políticas públicas; Resistência camponesa.

ABSTRACT

The history of ownership and struggle for land in Brazil is a phenomenon that shaped the economy, politics and the lives of the working population in rural and urban areas of the country. The productive monopoly of land for the export of commodities causes social control of those who do not have it and, thus, there is a rural exodus from the countryside to the outskirts and municipal urban centers, with peasants seeking jobs and an improvement in their quality of life. Therefore, this work links economic production in the rural spaces of Mari, which organizes the population according to the territorial forces that impose themselves and, contradictorily, find resistance in the Landless Rural Workers Movement (MST) who fight to keep rural workers in the countryside. Its general objective is to understand the relationship between countryside and city in the municipality of Mari, through its historical process of territorialization in the struggle for land, economic development and well-being of the rural working population. Unleashing your current territorial/spatial organization. Carrying out a qualitative-quantitative study, the following methodological procedures were carried out: bibliographic and documentary review, interviews, fieldwork and an analysis of quantitative data from websites such as: IBGE and SIDRA. In addition to using historical – dialectical materialism to discuss the phenomenon studied in its entirety. The discussion is based on agricultural implementation policies that resulted in the dissipation of the population from the countryside to the city, in addition to a structure for the requalification of rural spaces with the struggle for land and the creation of the Zumbi dos Palmares Settlement.

Keywords: Agrarian Geography; Territorial Economy; Development and public policies; Peasant resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Parte da frente da rádio comunitária Araçá – FM.....	28
Figura 2 –	Parte de Trás da rádio comunitária Araçá - FM.....	28
Figura 3 –	Motoniveladora fazendo a rua do Loteamento Walther Martins (Zona urbano)	46
Figura 4 –	Motoniveladora passando na estrada do Assentamento Zumbi dos Palmares (Zona Rural)	46
Figura 5 –	Casa do Empreendedor em Mari – PB.....	45
Figura 6 –	Trator da SMDEA na oficina	51
Figura 7 –	Barraquinha de feira.....	54
Figura 8 –	USF do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	57
Figura 9 –	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Zumbi dos Palmares.....	58
Figura 10 –	Quadra poliesportiva do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	59
Figura 11 –	COOPAZ do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	59
Figura 12 –	Igreja Católica do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	60
Figura 13 –	Igreja Evangélica do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	61
Figura 14 –	Mercado e Balneário da Tilápia.....	61
Figura 15 –	Comércios a beira da PB – 073 no Assentamento Zumbi dos Palmares.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 –	Crescimento populacional de Mari – PB.....	29
Gráfico 02 –	Quantidade de domicílios em Mari – PB.....	29
Gráfico 03 –	Produção de cana-de-açúcar em toneladas nas 5 Grandes Regiões do Brasil.....	33
Gráfico 04 –	Produção de cana-de-açúcar em toneladas na Paraíba.....	34
Gráfico 05 –	Residência de pessoas por domicílios urbanos e rurais na Paraíba.....	36
Gráfico 06 –	Série histórica do crescimento e distribuição da população nos espaços rurais e urbanos de Mari – PB.....	43
Gráfico 07 –	Distribuição da população na zona rural e urbana de Mari.....	45
Gráfico 08 –	Quantidade produzida em quilogramas de camarão e tilápia nos últimos anos em Mari – PB.....	52
Gráfico 09 –	Valor da produção em reais da quantidade produzida de camarão e tilápia nos últimos anos em Mari – PB.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Série histórica da quantidade de estabelecimentos agropecuários por área em hectares da Paraíba.....	35
Tabela 2 –	Série histórica da quantidade de estabelecimentos agropecuários por área em hectares de Mari.....	39
Tabela 3 –	Série histórica das principais culturas permanentes e temporárias de Mari – PB.....	41
Tabela 4 –	Os principais Microempreendimentos que foram abertos de 2021 a 2023 em Mari – PB.....	49

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 –	Localização do Município de Mari – PB.....	17
Mapa 02 –	Localização do Loteamento Nova Esperança, da área do Assentamento Zumbi dos Palmares e do Perímetro Urbano de Mari – PB.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EPP	Empresa de Pequeno Porte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MHD	Materialismo Histórico-Dialético
MEI	Microempreendedor Individual
ME	Microempresa
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SMDEA	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agrário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
USF	Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ESPAÇO MULTEFACETADO ENTRE O RURAL E O URBANO EM MARI – PB.....	23
3	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PARAÍBANO COM O PROALCOOL E O MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA.....	32
3.1	Estrutura fundiária e organização espacial produtiva agrícola de Mari	38
3.2	Distribuição da população do município.....	42
4	POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	47
4.1	Políticas para o desenvolvimento urbano.....	47
4.2	Políticas para o desenvolvimento rural.....	50
5	O TERRITÓRIO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES: INTER-RELAÇÃO ENTRE CAMPO E CIDADE	55
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
	REFERÊNCIAS.....	66

1 INTRODUÇÃO

Todo território é construído através de processos econômicos, culturais, simbólicos, relações de trabalho e relações de poder de uma população. Principalmente, pelo histórico de ocupação dos espaços rurais e urbanos, denotando as forças econômicas que atuaram por séculos no capital dos municípios, fazendo com que estes, cresçam e consigam se subdividir em processos de aglomerações de castas sociais distintas (pobres e burgueses) (Santos, 2006; Haesbaert 2006; Raffestin, 1993).

Tais pressupostos são indispensáveis para entender a questão agrária no Brasil, que está envolta de vários fatores predominantes de uso e posse das propriedades rurais, outrora, sendo majoritariamente de controle do que atualmente chamamos de latifundiários, sendo eles responsáveis pelo domínio do agronegócio no país, causando conflitos com os pequenos proprietários de terras de agricultura familiar. Esta visão é unânime se considerarmos autores como Moreira e Targino, 1996; Andrade, 2004; Oliveira, 2001 etc.

Desde os diferentes formatos que constitui a história da questão agrária brasileira, pudemos identificar os regimes de sesmarias, de capitanias hereditárias, lei de terras (1850) e relações socioespaciais como a sujeição da terra e do trabalho (escravidão negra e indígena) como estruturantes da história nacional. Desse modo, surgiram diferentes formas de resistências, de lutas e de sujeitos sociais, a exemplo dos movimentos messiânicos (Canudos), das ligas camponesas, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pastorais sociais (CPT) e Movimentos sociais (MST).

Diante deste quadro histórico, surge na década de 1960, um movimento dos trabalhadores rurais pelo direito as terras, intitulando-se de ligas camponesas. A liga camponesa percorreu todo o Brasil, e no Nordeste, mais precisamente no município de Mari – PB, ocorreu um confronto entre trabalhadores rurais e capangas de uma usina, resultando em muitas mortes, sendo intitulado esse acontecimento de “A tragédia de Mari”, obtendo reconhecimento em âmbito nacional.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge pelo infortúnio dos trabalhadores rurais que não tinham terras e nem condições de comprá-las, existindo em condições deploráveis de trabalho, buscando o mínimo de seus direitos. Esta luta se perdura até os dias atuais, pois o Brasil desde a sua formação é voltado as grandes concentrações de terrenos agrícolas de monocultura de cana-de-açúcar pelos engenhos (Andrade, 2004). O município de Mari é comumente palco de fenômenos de movimento de luta pelo direito a terras, sendo os seus assentamentos Tiradentes e Zumbi dos Palmares, marcas espaço-

temporais dessa ação.

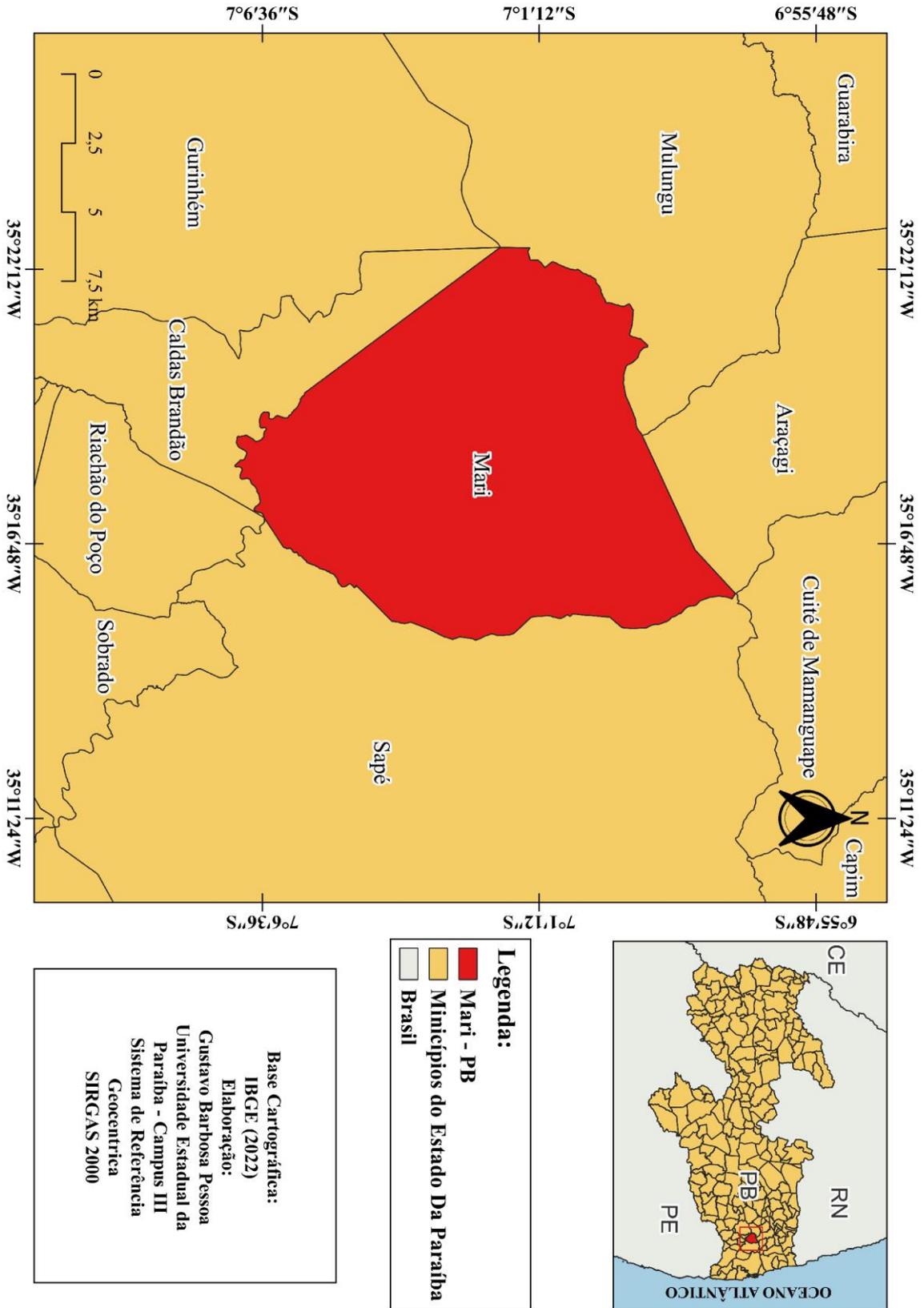
Nesse trabalho será discutido a relação do assentamento Zumbi dos Palmares com o núcleo urbano municipal, evidenciando as políticas públicas e investimentos no bem-estar e economia no campo de Mari. Buscando identificar a importância da luta por terras no direito do trabalhador rural, as relações de trabalho, as condições de existência na cidade e no campo, assim como, os vínculos sociais são os objetos de estudo dessa monografia. Foi realizada uma investigação no município de Mari, para identificar de que forma ocorre a interação das áreas rurais e urbanas, pela sua estrutura e condicionamento das políticas públicas de investimento.

Esta monografia se justifica pela sua teorização do fenômeno ainda não questionado no seio municipal, que ora buscase entender os fenômenos urbanos (Lima, 2019) ou os processos rurais (Santos, 2017), sendo a relação destes o objeto de pesquisa. Pautado na construção histórica da produção e reprodução espacial, econômica e social do campo e da cidade de Mari. Os processos que organizam os espaços são um importante fato que ocorre cotidianamente, se torna difícil a percepção do fenômeno e acabam se distanciando do pensamento totalitário sobre a realidade e, que influem nas vidas dos cidadãos que utilizam desses locais deixando a ação modeladora do capital influenciar em seus direitos constitucionais, sem que assim percebam a sua submissão.

Isto se deve ao capitalismo, que busca dominar as relações sociais calcadas no individualismo, controlando o imaginário humano fazendo-os explorar a sua força de trabalho em relações de subserviência, na produção de *commodities* para as empresas, a fim da produção de riquezas para acumulação de capital (Santos, 2010). Através desse entendimento sobre a força do capital no território aqui analisado, foi discutido as relações trabalhistas e políticas de investimento municipal, para podermos tecer os condicionantes que possibilitaram influir na sociedade fazendo com que esta avance em um processo histórico de sua população do campo para cidade.

O local de estudo é o município de Mari, está localizado na Região Geográfica Imediata de João Pessoa no estado da Paraíba. Este, se distancia à 98 km da capital paraibana, constituindo - se uma importante rota que interliga a Capital ao município de Guarabira através da PB-073, que corta o município em questão de leste a oeste. Os seus municípios circunvizinhos são: Sapé (Leste), Mulungu (Oeste), Cuité de Mamanguape (Norte), Araçagi (Noroeste), Caldas Brandão (Sul), Gurinhém (sudoeste). O interesse de estudo está pautado na relação entre o assentamento Zumbi dos Palmares e o município de Mari (mapa 01).

Mapa 01: Localização do Município de Mari – PB.



Fonte: Acervo do Autor (2023).

O município de Mari tem uma área de 155,265 km² (IBGE), este se divide em suas áreas urbanas, rurais e de vegetação nativa. O Assentamento Zumbi dos Palmares, está localizado no município de Mari (Cordeiro Neto, 2021, sendo o interesse desse estudo. Este espaço foi palco de lutas por terras a 23 anos atrás e, atualmente o seu significado é de multiplicidades, aos quais os seus integrantes estão inseridos em transformação de sua realidade de vida.

Do ponto de vista do método interpretativo, este trabalho se ampara no Materialismo Histórico – Dialético (M-H-D), que pensa a realidade a partir de sua processualidade do movimento real (Konder, 2003). Operacionalmente, a metodologia desse trabalho se pauta em um estudo de caso, que se propõe em uma análise quali-quantitativa dos dados catalogados nos sites (IBGE, Sidra, Prefeitura Municipal de Mari etc.), investigar e descrever o fenômeno das relações entre campo e cidade, vinculadas ao assentamento Zumbi dos Palmares em Mari.

O método dialético elucidada que tudo vive em constante transformação, pois existe um ciclo onde algo novo surge desagregando aquilo que se torna obsoleto e o transforma. [...]

Além disso, enfatiza que as mudanças ocorrem na natureza, sempre num ciclo de contradições, onde tudo está interligado ao que permeia um fenômeno. Assim, para estudar determinado objeto ou fenômeno, o pesquisador vai estudá-lo nas mais diversas vertentes, a fim de conhecê-lo em sua totalidade. (Almeida, 2021, p. 16)

Ou seja, para compreender a intencionalidade sobre as forças que atuam no município, produzindo os seus espaços rurais, precisa-se estabelecer um diálogo entre as contradições sobre a sua economia e estrutura social de trabalho no campo. Uma vez que (Santos, 2017) nos direciona sobre os conflitos entre os latifundiários e os trabalhadores rurais que lutam pelo direito a terras para produzir, num processo histórico de formação territorial.

Compreendemos que o espaço agrário estudado no presente texto, embora apresente suas particularidades, não pode ser explicado e nem entendido em si mesmo, sem conhecer o processo histórico de determinações políticas, econômicas e sociais da realidade brasileira, atrelada a determinações que extrapolam o território nacional e, por sua vez, também exercem determinações na produção do espaço agrário da Paraíba, do Brejo e de Alagoa Grande-PB (França, 2020, p. 77).

Nessa perspectiva, a realidade é evidência dos processos de produção espacial, onde os territórios sofrem ações das forças majoritárias do capital. Estando o trabalhador rural e urbano, subalternizados a fluxos que os levam ao ordenamento desses locais. Então, qual a capacidade da gestão municipal em organizar a força produtora municipal para consequentemente destacar as políticas sociais de Mari?

A compreensão documental também é um importante recurso para apreender a realidade observada desses locais supracitados, pois dessa maneira conseguimos compor uma trajetória do que se propõe o ideário e a materialidade em sua função existencial (Gil, 2008), ou seja, distinguir o que ocorre de verdade e o que é fixado, porém, não cumprido. Não obstante da criticidade, esta pesquisa se manifesta de maneira participativa, ou seja, o sujeito é participante do local, onde interage com o fenômeno investigado. Sendo aplicadas entrevistas com questionário semiestruturado, com questões abertas, para que o entrevistado tenha liberdade na fala dos seus saberes, obtendo assim, dados confiáveis com riqueza de detalhes.

Por meio das leis dialéticas, descritas por (Triviños, 2008), ou seja, (Lei da Passagem da quantidade para qualidade; Lei da Unidade e da luta dos contrários, “Lei da Contradição”; Lei da negação da negação) será feita uma análise crítica dos fenômenos identificados nessa interação Campo e cidade nesse trabalho. Destacando a sua importância pelo fato de o município ter uma forte conexão com suas raízes embrionárias e, representar uma possível lacuna entre os espaços fixos construídos e a vivência dos cidadãos.

O fundamento teórico deste trabalho se baseia na concepção dos autores sobre o crescimento da cidade para o campo, onde novas dinâmicas são compostas e podemos observar que a cultura se unifica. É na cidade que o modelo hegemônico desenvolve o capital e se apropria do bem-estar social, tornando interligados o sistema mundo. Por isto, é possível observamos no campo as facilidades na movimentação, comunicação e na produção econômica, pois com o advento das tecnologias as palavras “tempo e espaço”, condicionaram-se simultaneamente ações equivalentes. A produção tem que ser acelerada, para se conseguir o máximo de insumos possíveis, para isto se investe pesado no agronegócio, em contraponto os espaços são segregados com a ação modeladora do lugar.

Entende-se que a desigualdade não está apenas nas relações sociais dos cidadãos, como na forma de estruturação dos municípios, sendo, o campo palco para a reprodução da vida na cidade como parte do modelo hegemônico capitalista.

O espaço agrário paraibano desde o início da colonização portuguesa tem-se constituído em um espaço de exploração. As articulações entre as variáveis econômicas, sociais, políticas e culturais tecem um “ambiente de vida” gravoso à sobrevivência da classe trabalhadora. A sua estruturação e a sua organização subordinada inicialmente aos interesses do capital mercantil metropolitano e mais recentemente, aos ditames de valorização do capital industrial e financeiro, não têm como finalidade o atendimento das necessidades básicas da maioria da população (Moreira e Targino, 1996, p. 23).

Esta lógica exploratória do trabalhador é encontrada na subalternação dos meios

trabalhistas. O proletário rural ou urbano, vende a sua força de trabalho pelo mínimo de recursos a sua sobrevivência.

Andrade (2004) diz que o Brasil é palco de vários conflitos por terra desde a sua colonização e ocupação, destinando a poucos indivíduos o domínio de grandes propriedades, e assim, favorecendo as pessoas abonadas de capital a desenvolverem-se exponencialmente. Conforme os capitais multiplicam-se na cidade, as áreas rurais ficam vazias e não podemos mais observar a sua manutenção, uma vez que o campo começa a seguir a lógica capitalista, produzindo aos milhares e excluindo aos montes. Oliveira diz:

[...] A lógica contraditória é uma só: o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo. Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra (Oliveira, 2001, p. 187 – 188).

Então para um país que a sua formação começou na exploração de terras e da força de trabalho indígena/escravocrata, com um pouco mais de 500 anos, o Brasil tem se mostrado um acumulador de terras e da força de trabalho da população, com o objetivo de manter o acúmulo e riquezas nas mãos dos burgueses. Com a democracia instaurada no país e o fim da escravatura no final do século XIX, os centros urbanos ganham novas formas, principalmente na região Sul, pois os escravos são soltos pelas ruas e sem dinheiro, buscam abrigo e emprego nas zonas periféricas das cidades ou com pratões em áreas rurais.

A sociedade do século XIV, com o mercantilismo avançou na busca por mercadorias, unindo reinos distantes (especiarias, escravos, minérios etc.) para o comércio, desde então, temos o início do que hoje conhecemos como globalização, sendo um dos processos da formação do capitalismo.

Spósito (1989), aborda a ideia de cidades como um centro de acumulação de riquezas, onde o sentido dela se modifica com o passar dos anos, ampliando a sua função de sobrevivência e da interação humana/social. Os burgos são áreas urbanas voltadas ao comércio entre as pessoas, já distantes da ideia de cidades teocráticas, passam a funcionar e se organizar em função do capital, criando formas de poder e interação das pessoas com os meios naturais. Nessa ideia de formação das cidades, a evolução desses espaços geográficos fez com que a humanidade passasse a existir não mais na extrema necessidade de coexistência

com o meio natural, entretanto, sobrepondo-se e o dominando, partindo do campo para burgos.

A maneira que as sociedades humanas se organizavam passaram por constantes transformações, deixando de existir o regime de sesmaria para o capitalismo, e isto, causou uma mudança na maneira que as pessoas entendiam o meio ambiente, indo da extração de recursos para a sua sobrevivência e manutenção de seu poder; para o seu próprio enriquecimento e bem-estar social individual. Os cercamentos das terras devolutas na Inglaterra no século XVIII denota bem a dominação do território agrário (Guimarães, 1982).

O que distingue uma divisão clara dos modelos teocráticos da cidade e a nossa sociedade capitalista industrial, agora no século XVIII é a propriedade privada no modelo capitalista. Com a revolução industrial o capitalismo transforma as sociedades em estruturas organizadas para a produção de mercadorias. Tal processo só foi possível através da privatização das terras e expulsão de trabalhadores do campo, servindo de mão de obra para as indústrias.

[...] A partir da revolução agrária e da monopolização de terras e, por meio do direito burguês, a propriedade privada capitalista tornou-se absoluta e exclusiva, elevada ao patamar de direito absoluto, estável, protegida em todo o mundo pelas leis, pela polícia e pelos tribunais (Andrade, 2018, p. 409).

Os impérios asseguraram monopólio de terras através dos cercamentos, causou um êxodo rural tendo como consequência o processo de urbanização e de divisão de classes sociais. O privilégio da terra condiciona ao acúmulo de riqueza, ou seja, um número ínfimo de pessoas que controlam o capital de um país. Estes que se ocupam na produção e exportação em grande escala de mercadorias, no fomento do controle social através de incentivos as áreas da educação e economia, para manutenção do acúmulo de capital. As dinâmicas de exportação e importação de produtos, expõe agora um fluxo de capital mundial. França (2020, p. 217) diz:

Ao capital só interessa redefinir formas de controle, difundir relações sociais calcadas no medo e no individualismo com vistas a fomentar discursos que trazem nas entrelinhas a intencionalidade de reconstruir “um novo pacto social”, através da difusão de comportamentos psicossociais a partir dos quais se fortalecem novas formas de controle, com rebatimentos decisivos no mundo do trabalho (França, 2020, p. 217).

Carlos (2007) aborda a ideia de cidade, com o seu novo fluxo organizacional da modernidade, passando a ter uma dinâmica calçada na produção e reprodução dos espaços

urbanos pela ótica do capital, que se envolve globalmente na comercialização de mercadorias. Os territórios mundiais são interligados em formas e comunicação com os espaços locais, sendo estas conexões por meio da tecnologia e das técnicas que a humanidade criou com a revolução industrial. Os meios rurais e urbanos estão cada vez mais integrados, onde o fluxo migratório no século XX acresceu drasticamente com o boom populacional do sul do Brasil. Isso fez com que constantes migrações fossem feitas das regiões mais pobres do país para essas áreas, pois é onde se tinha o centro de desenvolvimento urbano industrial, o arcabouço de relações sociais e econômicas propícias para que os indivíduos carentes pudessem vender a sua força de trabalho para melhorar de vida (Santos, 1993).

O campo sofre transformações com o advento das máquinas, que trabalham a favor dos grandes latifundiários, e isto, concomitantemente gera uma grande taxa de desemprego nas áreas rurais, e a população desloca-se para os centros urbanos em busca de uma melhor qualidade de vida e de empregos para sustentar a sua família (Spósito, 2010). O crescimento das grandes cidades se dá em virtude da aglomeração de trabalhadores que se destinavam a estes meios em busca de melhores condições de vida, e visando o lucro em um ambiente propício para os capitais empresariais, que veem na cidade uma oportunidade de expandir as suas atividades a um baixo custo, e assim, ter lucros ainda maiores. Atualmente as empresas locais lutam financeiramente com as empresas internacionais, que saem de países desenvolvidos para os subdesenvolvidos em busca de matéria prima e mão-de-obra barata, para permanecer e ampliar o seu capital.

Oliveira (2001), afirma que as indústrias tomaram os espaços urbanos e rurais (latifúndios), de forma contraditória e contundente, fazendo com que as relações sociais de trabalho em todo país se modificassem. O espaço urbano passa a ser um concentrador populacional, o campo deixa de ser um espaço do bom viver e, e estes processos migratório/habitacional das políticas públicas favorecem aqueles que dispõem de recursos financeiros para sua sobrevivência e investimento empresarial.

Este trabalho se ordena em três temáticas principais, sendo: a primeira o modelo fundente organizacional da formação territorial do município mariense, com um debate sobre a sua produção agrícola e organização fundiária; a segunda irá tratar da atualidade no processo de produção econômica e espacial do município, vinculando o Assentamento Zumbi dos Palmares a sua estrutura de bem estar social; terceira dialogar entre os teóricos sobre a problemática trabalhista social e a vinculação das raízes dos conflitos rurais do município, sendo um entendimento entre o urbano e rural.

2 ESPAÇO MULTEFACETADO ENTRE O RURAL E O URBANO EM MARI – PB.

O Brasil tem em sua história, um longo processo de luta por terras, outrora, na dominação e exploração dos recursos naturais em seu período embrionário global (época das grandes navegações, mercantilismo), advindo das caravanas portuguesas no Novo Mundo (Américas). Os conflitos surgiram à medida que as relações harmoniosas de troca da força de trabalho e bens, foram substituídas para a exploração e genocídio dos povos nativos (indígenas). Então, transformaram em intensas guerras que ao longo dos séculos centenas de pessoas (nativos e estrangeiros) morreram.

A submissão do espaço paraibano à dominação colonial foi acompanhada pelo massacre da população nativa, seja através de sua pura e simples eliminação, seja pelos ultrajes a que foi submetida, ou ainda em virtude de doenças que contraiu no contato com o colonizador e da sua participação como "aliado" nas guerras (Moreira e Targino, 1996 p. 36).

A Capitania Hereditária de Itamaracá (atual estado da Paraíba) demorou vários anos para que houvesse o domínio das terras da cidade de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa), existindo a confluência e o apoio com recursos militares de outras capitanias, como a de Pernambuco. Depois desses conflitos as relações com os povos ali existentes não foram bem-sucedidas, consagrando-se, a priori, as trocas de recursos com os povos subjugados, concomitantemente, se tornaram maléficas pois com o passar do tempo foram tornando-se relações de controle, domínio e extermínio. A Paraíba era habitada pelas nações Tupis, Cariris e Tarairiús, onde o local de estudo desse trabalho era habitado pelos índios potiguaras (Octávio, 1994).

O estado foi ocupado de forma diferencial estando o litoral sujeito ao avanço através dos rios Paraíba e Mamanguape, aos quais tinham várias tribos indígenas nesses locais. O agreste foi ocupado de maneira mais lenta, pois apresentou resistências das populações nativas, havendo genocídios. Já no brejo o domínio se deu através dos engenhos, que possibilitou o avanço tempos depois para o sertão, este responsável pela produção de algodão e gado.

Inicialmente, a principal fonte econômica na Colônia Portuguesa era a exportação de matéria prima das florestas, não é à toa que o Pau-Brasil, foi um importante produto comercializado nessa época. A ocupação territorial da colônia brasileira se dava por meio dos

engenhos, aos quais subsistiam pelo modelo de *plantation* de monocultura da cana de açúcar para exportação para Europa. Esse produto era muito rentável pelo seu alto preço e pelo fato que a Colônia Brasileira (posteriormente Brasil império) dominava a produção açucareira, e assim, enriquecia sobre a dor e vantagem no trabalho escravocrata do negro e indígena no país (Andrade, 2004).

A policultura alimentícia também era composta nesses locais, porém, só para manutenção de sua mão de obra escrava. Se houvesse alguma diminuição na produção alimentícia, quem sofreria as consequências eram os escravos que teriam que trabalhar sem alimento.

As tribos indígenas viviam da extração de recursos naturais, sendo eles: a retirada de madeira e raízes das matas, a policultura alimentícia, a pesca e a caça; constatando que as lavouras de mandioca eram comuns entre as tribos, havendo em tribos aliadas a troca de subsídios. Essa situação se modificou com a chegada dos portugueses, pois eles começaram a utilizar a troca de produtos (roupas, alimentos, ferramentas etc.) para conseguir utilizar a força de trabalho dessas populações.

A mão de obra indígena era comercializada entre os donos de engenho, pois era de fácil acesso e não exigia muitos gastos, o que se alternou com o passar dos anos, passando de igual forma, a ser fortuito utilizar a força de trabalho indígena da mesma forma que a força de trabalho escravo dos negros advindos dos países africanos. Ou seja, escravizar os indígenas se tornou parte fidedigna do Brasil enquanto colônia de Portugal. No século XVII com a crise dos engenhos, novas formas de trabalho começaram a se proliferar no país. Através de arrendatários, meeiros e trabalhadores assalariados, os donos de engenhos exploravam a força produtiva das famílias livres de agricultores, as controlando através de dívidas advindas das relações entre patrão e empregado (Oliveira, 2007).

Essas relações permaneceram no modelo colonial, imperial e até meados do século XIX, pois com o advento da república e das tecnologias, os meios de produção foram substituídos (pessoas por máquinas), e com a chegada dos direitos trabalhistas (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT) as relações de trabalho na cidade se alternaram, mas o domínio das terras permanecera nas mãos dos latifundiários, então os trabalhadores rurais continuaram a organizar e lutar por seus direitos (Stédile, 2019). O direito a terras é um ponto importante desse trabalho, pois historicamente a desigualdade molda a nossa sociedade, gerando em ciclos produtivos uma fonte de renda e remodelação territorial, desenvolvendo determinadas regiões do país.

Com o regime de sesmaria implantado no Brasil colônia, quem possuía terras eram os cidadãos ricos e influentes, próximos a coroa. Com isto, tinham o dever de crescer as suas Capitânicas Hereditárias (grandes faixas de terras, que cortavam o Brasil horizontalmente), esse processo foi complexo e demorou muitos séculos, por conta das grandes extensões territoriais e os adventos da resistência indígena e da falta de recursos. Nessa fase do desenvolvimento da colônia os portugueses pobres não tinham direito a possuir terras, a menos que lhe fossem concebidas pelo seu arrendador, sendo necessário um pagamento com trabalho ou dinheiro, a exploração do trabalhador rural já se inicia nesse período.

Essa situação se modificaria com a declaração de independência de D. Pedro II (7 de setembro de 1822), pois com “A Lei de Terras de 1850”, isto é, o direito a terra para os posseiros, desde que, esses pudessem pagar por elas. Como diz o “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (Brasil, 1850). Além disto, promoveria também o direito aos estrangeiros possuírem terrenos em solo nacional. Sendo assim, o país deixou de ser subsidiado pela nação portuguesa e passa a ter políticas de desenvolvimento interno, migrando milhares de estrangeiros para o Brasil.

A produção econômica do país até meados do século XIX ainda permeava a produção de cana de açúcar, alterando-se com o advento dos ciclos econômicos do Brasil medidos pela dissolução de um em virtude de outros. Estes, se deram de maneira espontânea conforme descobriam-se recursos importantes para a geração de renda e trabalho em regiões distintas, ponderados pelo uso da terra os ciclos da Cana de açúcar, do Ouro, do Café (Miranda, 2011), representaram valiosas contribuições para o desenvolvimento das diferentes regiões.

Em 1888 com a Lei Áurea, promovida pela princesa regente, aboliu a escravatura no Brasil. Este foi um marco impressionante que se propusera a impulsionar o surgimento em 1889 da República Federativa do Brasil, mesmo que, esta não se promoveu de maneira pacífica, pois “em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República pelo marechal Manoel Deodoro da Fonseca com o apoio de grande parte da oficialidade do Exército e ausência do povo nas primeiras decisões republicanas” (Brasil, 2009).

Essas condições abriram espaço para questionarmos as relações trabalhistas no país, pois os escravos foram libertos sem nenhuma medida de condicionamento econômico ou aceitação social, estando assim, as margens da sociedade, se sujeitando aos trabalhos e as explorações de sua força apenas para sobreviver. Com casas de taipa, as chamadas “favelas” surgem quando os trabalhadores adentram os morros em busca de espaços para moradia, está

condição só se propusera com as anuências da passagem do império para república (Queiroz Filho, 2011).

Um quesito de destaque ocorrido com a república foi o boom populacional, onde a população urbana dobrava a cada 10 anos, dando saltos numerosos as cidades, estando as regiões Sul e Sudeste receptáculos dessas massas (Santos, 1993). Isto se deve por vários fatores, aos quais se vinculam a industrialização tardia, as centenas de anos de exploração sem as devidas políticas habitacionais, e a produção em larga escala para exportação através da monocultura etc.

Com os governos de Getúlio Vargas (provisório 1930 – 1934, constitucional 1934 – 1937), Juscelino Kubitschek (anos 1956 – 1961) e o regime militar (anos 1964 – 1985), o Brasil enfrentou vários períodos de acresção de sua estrutura produtiva e populacional. Entretanto, algumas estruturas nunca se alteram apenas ganham novas roupagens. O Brasil desde a sua formação de colônia e império, se mantém no poder através das oligarquias rurais, produzindo várias culturas rentáveis através da mão de obra escrava.

Com o fim da escravatura e o regime republicano, as estruturas de domínio rural, se voltaram a exploração da mão de obra assalariada e da produção agropecuária com a instrumentação de máquinas, pois não há necessidade de se terem 100 trabalhadores para arar a terra, se um trator pode fazer esse serviço sozinho, em menos tempo e sem descanso. Barateando os custos da produção, assim como, auxiliando na logística produtiva. Sendo está, uma das mudanças que Oliveira (2007) traz da passagem do regime de sesmaria para a produção do cenário capitalista atual.

O Brasil começa a investir pesadamente em indústrias de base no governo de Getúlio Vargas, consolidando dentro do território nacional as matérias primas, e empresas necessárias para o desenvolvimento do país. As linhas férreas iniciadas no império tiveram uma enorme expansão no século XIX, diminuindo as distâncias entre os municípios e podendo ecoar as lavouras para fora do país. Estas foram construídas por empresas estrangeiras que utilizavam da mão de obra local, para poder dar suporte ao seu trabalho (Soares, 2018).

Por meio das linhas férreas o Brasil conseguiu adensar os seus municípios, surgindo ao longo das estações ferroviárias vilarejos que, com o tempo inflaram e, assim, iniciaram diversas cidades. Os municípios paraibanos têm o seu desenvolvimento inicial fortalecido pela política de incrementação de ferrovias no estado. A segunda linha férrea foi concebida através de uma comunicação entre o conde D'eu com o governante do estado, sendo construído o ramal de João Pessoa a Mulungu. Na época por onde o trem passava fomentaria

o desenvolvimento, sendo responsável pelo transporte de pessoas e mercadorias, algumas das principais *commodities* eram: algodão, açúcar e agave. O município de Sapé cresceu e após algumas décadas o seu distrito “Araçá” se emanciparia e subiria a categoria de município (Melo, 2005).

Alguns municípios da Paraíba surgiram com a Estrada de Ferro Conde D’Eu, construída pela empresa Inglesa *Great Western of Brasil Railway*, com o intuito de trazer o desenvolvimento ao país, que precisava de meios para deslocar-se a grandes distâncias e tinha dificuldade em movimentar a produção agrícola. Os tropeiros que atuavam no estado da Paraíba demoravam muitos dias para se deslocar por grandes áreas, já com o trem moviam-se em pouco tempo, facilitando o transporte de pessoas e da produção agrícola, sendo uma das principais culturas o algodão.

A estrada de ferro que interligava os municípios paraibanos e trazia o progresso, onde o ramal de João Pessoa/Camarazal (atual Mulungu), foi inaugurado em 1883, sendo assim, desenvolvendo as vilas e municípios que se encontravam nas estações correspondentes da linha (Soares, 2018). A Estrada de Ferro também conectando-se com os estados de Alagoas-AL, Pernambuco-PE, Paraíba-PB e Rio Grande do Norte-RN, na época a produção agrícola era a fonte de renda das cidades e a produção era escoada pelos trens que foram os meios de transporte mais rápidos do país.

O município de Mari-PB, tem o seu início com a estação ferroviária Araçá, está que se configura como seu núcleo urbano de formação, e fazia parte do ramal que interligava João Pessoa a Mulungu. O povoado Araçá obtinha recursos naturais, e a partir da extração do araçá surge o nome do seu povoado, e com o tempo modifica-se o seu nome para Mari, pois agora se leva em consideração a abundância do fruto Umarizeiro ou Marizeiro. A primeira capela da cidade foi construída 1900 na rua do comércio, e conforme foi ganhando pessoas chegou à categoria de vila em 1938. A sua emancipação política só aconteceu duas décadas depois, em 1958, pois a vila expandiu-se e não poderia continuar dependente de Sapé-PB.

Mesmo com a mudança de nome, o território de Mari continuava agregado ao município de Sapé. E só em 19 de setembro de 1958, Mari é elevada à categoria de Município, e em 1960, já contava com uma população de 12. 687 habitantes. Em 1958, Eptácio Dantas foi nomeado prefeito do município, e em 1959 ocorre a primeira eleição direta, elegendo-se ao cargo de Prefeito Pedro Leite Filho (Santos, 2017, p. 64).

O centro do município foi construído com o a estação da linha férrea, que depois da desativação dos trens no final do século XX, passou por uma ressignificação, e agora, atua como rádio Araçá – FM. Este fenômeno de mudança de função e manutenção da forma Santos (2006), chama de Rugosidades. Observe as figuras abaixo:

Figura 01: Frente da rádio comunitária Araçá – FM.



Fonte: Acervo do Autor (2023).

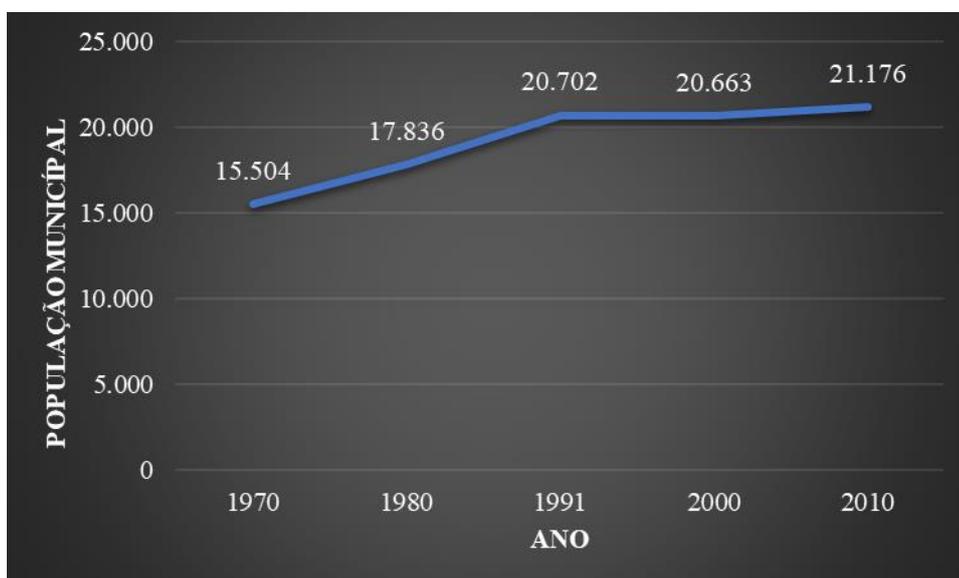
Figura 02: Parte de Trás da rádio comunitária Araçá – FM.



Fonte: Acervo do Autor (2023).

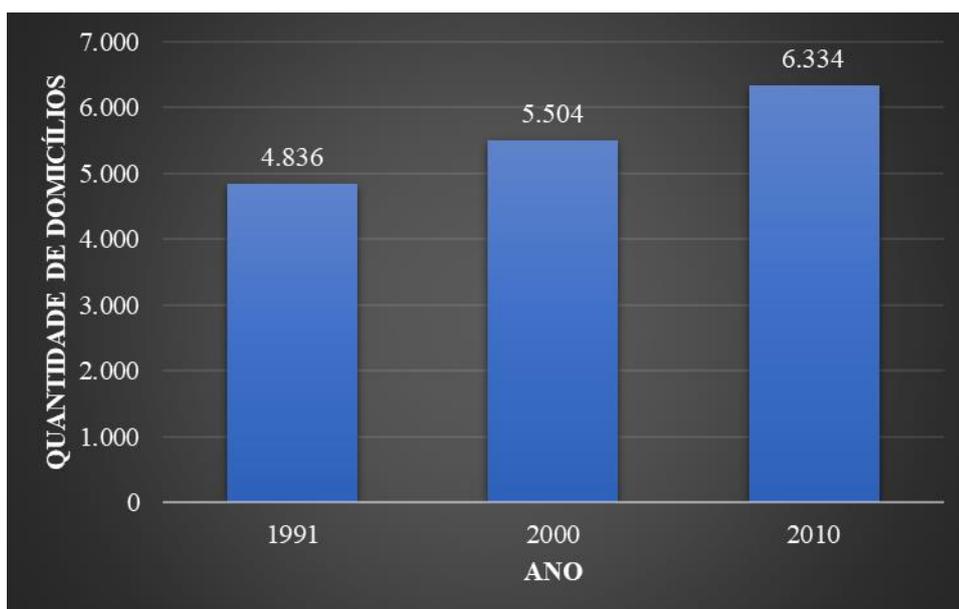
Esta é a rádio comunitária de Mari, é um prédio tombado historicamente (Silva, 2016), ao qual sofreu pequenas modificações na sua pintura, antigamente, era da cor verde em tons claros, e atualmente as suas cores representam grafites nos lembrando de sua origem, enquanto linhas da estação ferroviária. Se faz imprescindível questionar, como essas relações de produção e escoamento de mercadorias se alternaram com o passar dos anos, pois depois de décadas passadas, os espaços não são mais igualitários, e apresentam uma maneira diferente para interação.

Antigamente o centro urbano da cidade de Mari contava com poucas residências, e em especial, muitos moradores trabalhavam na feira livre, nas áreas rurais próximas e o trem era responsável pelo escoamento de mercadorias para a capital, agora, o escoamento de mercadorias é feito por caminhões, por conta da desativação das linhas férreas. Essa interação modificou-se, pois, a economia e comércio mariense evoluíram e passaram a atrair mais pessoas para o seu centro urbano, e assim, se expandiu para as áreas adjacentes. Lima (2019) propõe que os loteamentos dos municípios surgiram através do adensamento populacional, o que ocasionou uma valorização do centro urbano (a especulação imobiliária). Entretanto, precisamos relacionar o cenário atual com as suas origens, para uma compreensão totalitária das relações territoriais do município. Analise o gráfico abaixo.

Gráfico 01: Crescimento populacional de Mari – PB.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

No gráfico 01, observe que a população municipal ascende vertiginosamente a partir da década de 70, após esse período o aumento é suscito. Ou seja, o período de maior desenvolvimento municipal se deu até os anos 90. Possivelmente não obstante desse fato, a quantidade de domicílios no município não para de crescer em Mari.

Gráfico 02: Quantidade de domicílios em Mari – PB.

Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Essa realidade evidenciada no gráfico 02 confirma as ideias de Lima (2019), quando ele descreve que o adensamento demográfico está subsidiado a especulação imobiliária no município, gerado uma malha urbana mais densa horizontal.

[...] Isso foi o que aconteceu com o processo de expansão urbana do município de Mari-PB, ocorreu com o surgimento dos loteamentos. Isso se deu de forma lucrativa, um investimento para os proprietários de terras, que com terrenos em localidades privilegiadas como em frente a via rodoviárias e outros lugares. Esses lugares que antes era ocupado por vegetações ou plantio de agricultura, hoje são locais ocupados por casas e estabelecimentos de negócios (Lima, 2019, p. 35).

Muitos desses loteamentos criados estão regularizados, outros não, porém, o que mais se percebe é que eles surgem ao longo da PB-073, aproximando-se de áreas rurais consolidadas pela luta e o direito a terra, o Assentamento Zumbi dos Palmares é um exemplo.

A população rural de Mari é muito pequena se comparada com a população urbana (gráfico 03), esta característica advém da sua formação territorial, onde os fazendeiros com grandes extensões de terras controlavam a população de trabalhadores rurais, fazendo com que o campo mantivesse uma estrutura de domínio populacional. Isto era comum no país devido ao seu modelo produtivo que privilegia o latifundiário, e mantem as relações trabalhistas distantes do ideal. Sobre esse aspecto (Guimarães, 1982) posiciona-se dizendo, que se antes a revolução agrícola abriu espaço para o desenvolvimento industrial, agora, são as indústrias que coordenam as áreas agrícolas.

Em Mari as áreas rurais sempre mantiveram destaque em sua função produtiva, porém, estas nem sempre ocorriam de forma harmoniosa. Com o movimento das Ligas Camponesas na década de 60, o recém-emancipado município, passou por uma tragédia em sua área rural. Trabalhadores rurais do movimento das Ligas Camponesas que trabalhavam em terras cedidas da Fazenda Olho D'água foram surpreendidos pelo usineiro Renato Ribeiro Coutinho e 11 policiais, pois carioca (presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Mari na época) estava em posse de um revólver *Smith & Wesson* calibre 45, que teria tomado em discussão com um dos vigias de outra fazenda a qual também trabalhava.

Ao entregar a arma ao seu respectivo dono, Carioca foi baleado pelo Sr. Gouveia (um dos policiais) que estava fortemente armado, e deu início ao confronto entre os policiais armados e os agricultores que utilizavam as suas ferramentas de trabalho (enxada, foice e faca). Nesse embate houve 11 mortes confirmadas e 4 pessoas ficaram feridas, e marca-se em 1964, o ícone das lutas camponesas pelo direito a terra, reconhecido como “A Tragédia de Mari”.

Após esse evento as lutas por terras não cessaram, e décadas depois ainda com o apoio jurídico do Estatuto de Terras, nele consta: “§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (Brasil, 1965). Com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, emergiram no município dois assentamentos da reforma agrária, o assentamento Zumbi dos Palmares e Tiradentes.

A estruturas fundiária dos assentamentos Zumbi dos Palmares e Tiradentes foram produtos de intensas lutas pelo direito a terra que desapropriou as antigas fazendas como Cafundó e Gendiroba, e as ressignificaram. Dando aporte, a população urbana periférica e rural que existiam no município e que através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), se organizaram e puderam lutar por terras que já trabalhavam em condição de arrendatários, meeiros e trabalhadores alugados.

Com o objetivo de trazer a dignidade e reivindicar os direitos da população de trabalhadores rurais, intensas lutas a princípio começaram com as Ligas Camponesas, sendo travados embates sangrentos como o acontecimento intitulado “tragédia de Mari”. No qual, houve um conflito entre agricultores e os capangas de umas das fazendas causando o óbito de pessoas, marco esse que deixou a cidade reconhecida como um dos locais de resistência rural.

A trajetória territorial das relações econômicas, produtivas, trabalhistas e sociais da sociedade são marcas em nosso cotidiano, sendo, fatores ocultos na dimensão espacial que se revelam quando procuramos desvendar os segredos do cotidiano. Muitas famílias tiveram a sua trajetória de vida alteradas, atualmente, tem moradia, renda, segurança alimentar e a possibilidade de colocar os filhos na escola do campo. Pois os assentamentos são projetos de mudança social, e estabelecem que o campo não é só local de produção agropecuária, como produção da sociedade igualitária.

3 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PARAÍBANO COM O PRÓ-ÁLCOOL E O MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA

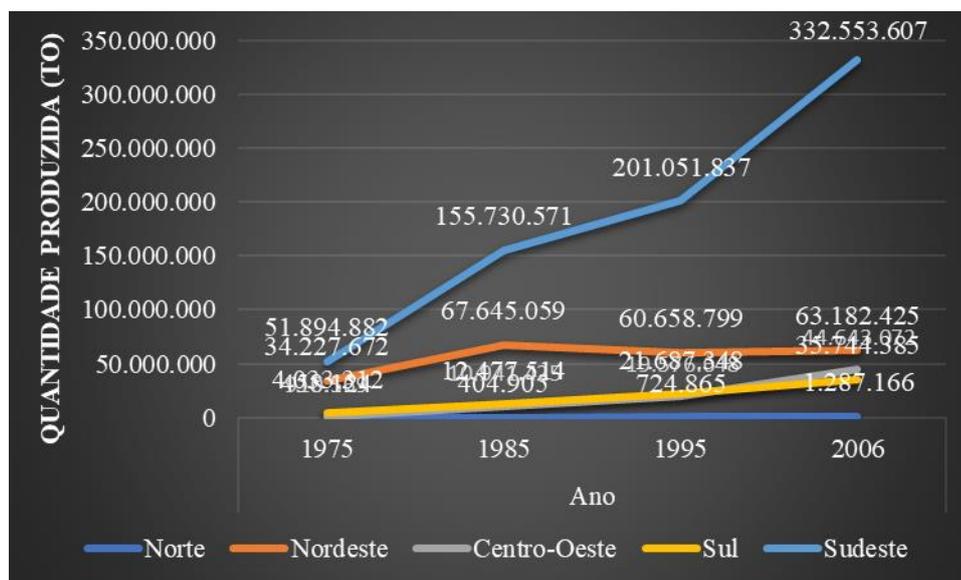
No final da década de 1970, o governo federal investe pesadamente na produção de insumos agrícolas, principalmente, a destilados da cana-de-açúcar com a Política Nacional do Alcool (Proálcool). Segundo o DECRETO Nº 83.700, DE 5 DE JULHO DE 1979, que promulga o Conselho Nacional do Alcool, em seu inciso IV, define os padrões gerais para a produção de açúcar e álcool em âmbito nacional, sendo eles:

a) módulos econômicos de produção; b) níveis, global e unitários, de investimentos; c) disponibilidade e adequação de fatores de produção para as atividades agrícola e industrial; d) centros de consumo; e) custos de transporte e de tancagem; f) infraestrutura viária, de armazenagem e de distribuição; g) redução das disparidades regionais de renda (Brasil, 1979).

Esse projeto fez com que aumentasse cada vez mais a força econômica e política das empresas do agronegócio. Pois estas dominaram o cenário nacional na produção dessa commodity no campo, expandindo a sua operação e condicionando o monopólio de terras, ao êxodo rural, ao aumento de trabalhadores sem-terra e sem direitos. Os altos investimentos em maquinários, sementes transgênero, adubos, pesticidas dentre outros; fazem parte do condicionamento empresarial para exportação de insumos, buscando cada vez mais o lucro. Sobre essa questão, Santos (2019, p. 39 – 40) diz:

Entretanto, a lógica destrutiva do capital, na composição e na forma como opera o agronegócio no Brasil, oculta nas aparências o que é de fato a essência desse modelo. Se por um lado, há uma visão hegemônica das classes dominantes e do governo de que o agronegócio é o melhor caminho para o aumento da produtividade, da participação no PIB (Produto Interno Bruto), geração de superávit na balança comercial do país, levando assim ao crescimento econômico; por outro lado, o que se oculta nessas relações é o fato de o mesmo sustentar-se com base na concentração do latifúndio, na destruição ambiental e conseqüentemente as alterações climáticas, na super-exploração do trabalho, escravo ou análogo, na ameaça às futuras gerações (como é o caso dos recursos hídricos), ou ainda pela diminuição das áreas de produção de alimentos, uso de agrotóxicos, transgênicos, mecanização, desemprego, entre outros. (Santos, 2019, p. 39 – 40)

As diferentes regiões do Brasil foram implementadas dicotomicamente, pois houve um favorecimento nas regiões onde estavam mais desenvolvidas economicamente e tecnologicamente, resultando em massivos saltos produtivos da cana de açúcar no período de 1975 a 1985. Observe o gráfico abaixo:

Gráfico 03: Produção de cana-de-açúcar em toneladas nas 5 Grandes Regiões do Brasil.

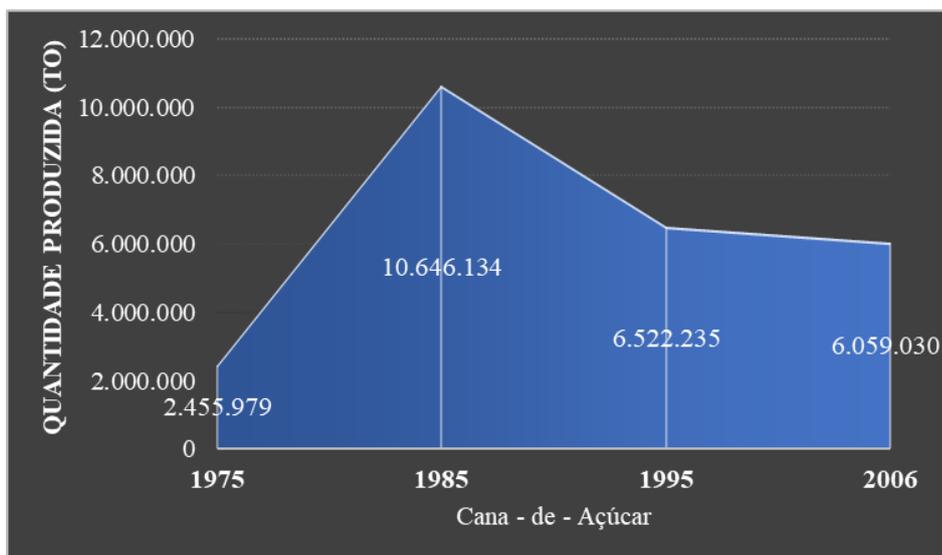
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. Adaptado pelo Autor.

Como observamos no gráfico a produção de cana de açúcar aumentou virtuosamente, principalmente na Região Centro – Oeste que multiplicou 12 vezes a sua produção de cana de açúcar nesse período de 10 anos. Já a Região Sul e Sudeste triplicou a sua quantidade desse insumo; a Região Nordeste dobrou a quantidade desse insumo nesse período. A Região Norte, por sua vez, contraditoriamente, diminuiu, indo de 458.124 (to) para 404.905 (To) nesse recorte espaço temporal.

Na região Nordeste destacamos o Estado da Paraíba, onde essa produção se propôs a ser um impulsionador da desocupação do espaço agrário, que de igual forma, esse espaço esteve sobre os poderes do incentivo a monocultura dos seus municípios.

O estado paraibano de 1975 a 1985 aumentou um pouco mais que quatro vezes produção de cana de açúcar. Isto, impulsionou a sua economia, a ocupação dos estabelecimentos agrários, as relações trabalhistas, consequentemente no deslocamento da população rural para a cidade. Devido ao meio técnico-científico-informacional, pois este “é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais as produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para a sua realização” (Santos, 1993, p. 35 – 36).

Gráfico 04: Produção de cana-de-açúcar em toneladas na Paraíba.



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. Adaptado pelo Autor.

A Paraíba teve a sua maior produção de cana-de-açúcar até meados da década de 80. Atualmente, essa cultura ainda é uma das mais importantes, como sempre foi no histórico de ocupação dessas terras. Porém, com o fim do Decreto que promulgava o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), a produção despencou, explicado no gráfico (04).

Esta política nacional de investimento fez com que os estabelecimentos agropecuários aumentassem em todo o país. Subdividindo as grandes propriedades e aumentando o número de estabelecimentos. O número de estabelecimentos rurais cresce paulatinamente a sua área, nesse período de 10 anos (1975 – 1985). Quando observamos o seu decaimento a partir de 1995, notamos que a subdivisão entre o tamanho dos estabelecimentos e a quantidade de estabelecimentos rurais da Paraíba. Os estabelecimentos minifundiários tem a sua redução em quantidade de estabelecimentos, porém, a sua área aumenta, indo de 95,6 quant. 35,32 (ha) (1975) para 91,06 quant. 39,38 (ha) (2006). Como mostra a tabela 01 dos estabelecimentos agropecuários da Paraíba.

O fenômeno analisado da subdivisão dos estabelecimentos condiz com que Fernandes (2008, p. 176) diz: “A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria”. Uma vez que os estabelecimentos produzem principalmente a monocultura canavieira, para atender as necessidades de matéria-prima das indústrias. A questão agrária também resulta no processo de lutas ao direto a propriedade rural.

Tabela 01: Série histórica da quantidade de estabelecimentos agropecuários por área em hectares da Paraíba.

Ano	1975				1985				1995				2006				
	Nº. De Est	%	Área (ha)	%	Nº. De Est	%	Área (ha)	%	Nº. De Est	%	Área (ha)	%	Nº. De Est	%	Área (ha)	%	
Agrrupamento de área																	
Menos de 10 (ha)	147.046	73,52	392.788	8,29	148.052	72,83	393.581	8,07	101.435	69,22	293.012	7,14	110.923	66,30	317.043	8,37	
10 a 100 (ha)	44.176	22,08	1.280.510	27,03	46.006	22,63	1.334.469	27,39	36.840	25,14	1.096.442	26,73	41.874	25,03	1.174.783	31,01	
100 a 1000 (ha)	8.152	4,07	2.034.020	42,94	8.665	4,26	2.161.531	44,36	7.760	5,29	1.957.724	47,73	6.925	4,13	1.703.970	44,99	
Mais de 1000 (ha)	568	0,28	1.028.909	21,72	541	0,26	972.236	19,95	420	0,28	762.167	18,58	330	0,19	591.608	15,62	
Total	199.987		4.736.225		203.277		4.872.094		146.539		4.101.347		167.286		3.787.404		

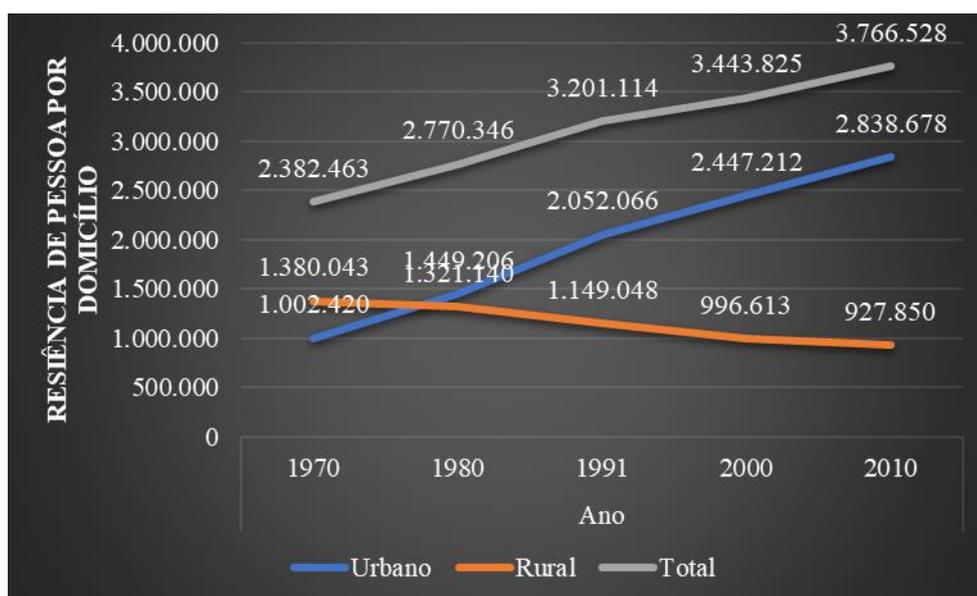
Fonte: IBGE. Censo Agropecuário. Adaptado pelo Autor.

A área total de produção agrícola diminui conforme os anos passam, pois desde o governo de Juscelino Kubitschek, vem se aumentando a produção industrial no país, o maquinário e os implementos agrícolas com a revolução verde (Santos, 2019), refletindo no aumentando dos centros urbanos e diminuindo a sua população rural. Pois estes camponeses migram para as cidades em busca de melhores condições de vida, servindo de mão de obra para as empresas e comércios.

[...] A lógica contraditória é uma só: o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo. Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra (Oliveira, 2001, p. 187 – 188).

Com uma pequena propriedade rural, sem capacidade de competir contra os altos investimentos agrícolas do agronegócio, a população de trabalhadores rurais ou pequenos proprietários de terras começam a migrar para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Criando assim, as periferias urbanas com um crescimento desordenado, e a falta de infraestrutura para as necessidades básicas da população.

Gráfico 05: Residência de pessoas por domicílios urbanos e rurais na Paraíba.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico. Adaptado pelo Autor.

Em 1970 a população paraibana que residia no campo era de 1.380.043 pessoas, já no ano de 1990 passou a 1.321.140 pessoas, ou seja, uma diminuição de aproximadamente 4,3%. Este número aumenta a sua expressividade a cada década, até chegar em 2010 com uma diminuição da população em comparação com o ano de 1970 de 32,76% da população residente no campo.

Em contrapartida a população urbana passou de 1.002.420 em 1970 para 2.383.678 em 2010, obtendo um crescimento médio de 18% a cada década. Isto representa uma densificação do urbano em detrimento do esvaziamento rural, este movimento foi percebido pelo aumento no número de emancipação políticas do estado.

Com tudo isso, enquanto o campo passava por essa ressignificação capitalista do modelo hegemônico imposto. Lutas e movimentos dos trabalhadores rurais se soerguam perante o sistema opressor, em busca da garantia de seus direitos. Gerando conflitos e modificações nas forças do território reorganizando os espaços produtivos agrários.

A questão agrária no Brasil é um processo histórico e podemos evidenciá-lo em todas as regiões do país. E na região Nordeste foi onde aconteceu um dos principais movimentos de luta e reivindicações dos direitos dos trabalhadores rurais, as chamadas Ligas Camponesas no estado de Pernambuco (Stédile, 2019). Este que surge como movimento de massas para o atendimento do Estatuto da Terra que não era cumprida pelo Estado, que tinha como lema (1984) *Terra não se ganha, terra se conquista* (Oliveira, 2001).

A atuação das Ligas Camponesas no município de Mari foi marcada por diversos conflitos, onde o de maior notoriedade é intitulado “A Tragédia de Mari”, texto escrito por Coelho (2004). Este relata as condições políticas, econômicas e sociais que condicionaram ao conflito entre campanhas da usina Santa Helena e Agricultores das Ligas Camponesas que trabalhavam na fazenda Olho D’água, ocasionando a morte de 12 pessoas. Porém, esse movimento foi dissipado na época do governo militar (1964 – 1985).

Em 1984 surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), permanecendo a luta pelo direito e resistência a propriedade rural para a população de camponeses e trabalhadores rurais das periferias. Esse movimento tem uma certa autonomia política, se articulando entre os seus membros para manutenção de suas atividades, seu plano de ação, e ordenamento político (Stédile, 2019).

Com a Lei N° 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, instituindo as disposições a fim de Reforma Agrária, surge os Assentamentos Federais com o propósito de ressignificação das

propriedades dos latifúndios improdutivos. O MST com os seus acampamentos em diversas propriedades improdutivas no país, começam a surgir diversos acampamentos.

3. 1 - Estrutura Fundiária e organização espacial produtiva agrícola de Mari

O município de Mari, assim, como autores (Santos, 2017; Silva, 2013; Lourenço, 2014) discutem sobre a força econômica motriz produtora de insumos agrícolas, que o impulsionou ao crescimento e desenvolvimento interno. Está envolto de forças externas e internas que o posicionam na disputa de terras, subalternizando a força dos trabalhadores rurais. A população camponesa esteve envolta pelo domínio econômico de latifundiários, estes, que controlam a vida da população rural, os submetendo a regimes exploratórios de sua força de trabalho, deixando-os as margens da sociedade, controlando as terras municipais.

Entender os espaços agrários municipais pela sua produção e reprodução dos estabelecimentos produtivos, como a sua estrutura organizacional está envolta de fluxos econômicos e sociais, estas forças uma vez alteradas podem significar uma mudança na vida da população local. Souza (2000), diz que “O território, objeto desse ensaio, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”.

A estrutura fundiária é um ponto importante a se discutir, pois este representa a relação de uso e posse das terras, principalmente, quando a comparamos a relação trabalhista que se sucedeu na época, não esquecendo a interação com o tamanho dos estabelecimentos rurais. Analisando os censos agropecuários (1995, 2006 e 2017), buscamos compreender a interface dos espaços agrários do município (Observe a tabela 02).

Os espaços em “X” significam que a pesquisa do IBGE não conseguiu o número de informantes necessários para assegurar a veracidade dos dados. Em uma análise superficial dos dados na tabela, percebe-se que a maior quantidade de estabelecimentos rurais está nos agrupamentos de área que vai de 0 a 100 (ha), sendo o tamanho da sua área ínfima quando comparamos aos estabelecimentos com área acima de 100 (ha), ou seja, esses estabelecimentos crescem inversamente proporcional a sua quantidade. Com isso é determinante o domínio de monopólios de terras, uma vez que poucos estabelecimentos detém uma área maior que os estabelecimentos de menor área, isto, em todos os períodos observados (1995, 2006 e 2017).

Tabela 02: Série histórica da quantidade de estabelecimentos agropecuários por área em hectares de Mari.

Ano	Mari – Estabelecimentos Agropecuários											
	1995			2006			2017					
Área de Área	Nº de Est.	%	Área (ha)	%	Nº de Est.	%	Área (ha)	%	Nº de Est.	%	Área (ha)	%
0 - 10	691	86,05	1.116,31	7,53	712	87,57	2.439	22,80	635	87,34	2.615	26,35
10 - 20	44	5,47	577,5	3,89	35	4,30	455	4,25	35	4,81	464	4,67
20 - 50	29	3,61	878,5	5,92	33	4,05	944	8,82	25	3,43	738	7,43
50 - 100	11	1,36	753,2	5,08	11	1,35	696	6,50	13	1,78	858	8,64
100 - 200	11	1,36	1.536,02	10,36	9	1,10	1.205	11,26	8	1,10	1.196	12,05
200 - 500	12	1,49	3.458	23,33	9	1,10	2.818	26,34	9	1,23	2.295	23,12
500 - 1000	2	0,24	1.687	11,38	1	0,12	X					
1000 - 2500	2	0,24	2.212	14,92	1	0,12	X		1	0,13	X	
2500 - 5000	1	0,12	2.500	16,87								
Sem Dados												
Total	803		14.818,53	100	813		10.695	79,97	727		9.924	82,26

Fonte: IBGE. Censo agropecuário. Adaptado pelo Autor.

Na tabela também evidencia o aumento de área dos pequenos estabelecimentos em detrimento da diminuição dos latifúndios. A partir de 2006, a queda na quantidade dos estabelecimentos acima de 500 ha é considerável, perpassando o ano de 2017 que diminui ainda mais essa quantidade de estabelecimentos.

Em 1995 os cinco estabelecimentos acima de 500 (ha) representam 43,17% da área agrícola do município, porém, em 2017 só consta um estabelecimento acima de 500 (ha), não conseguimos obter informação sobre a sua área, entretanto, esta representa cerca de 17,74% da área total desse ano. Assim, os estabelecimentos abaixo de 500 (ha) passaram por uma reordenação espacial, principalmente, os com área de 0 a 10 (ha), que detinha alta porcentagem da quantidade de estabelecimentos agrários (86,05%) com uma área de 7,53% do total no ano de 1995; já em 2017 a quantidade de estabelecimentos teve pouca alteração (87,34%), sendo que a sua área aproximadamente dobrou de tamanho nesse período de 22 anos, indo de 1.116,31 (ha) para 2.615 (ha).

A área de produção agrícola municipal diminuiu conforme os anos se passaram de 14.818,53 (1995) para 9.924 (2017), ou seja, quando consideramos a área agrícola total do município, a mudança na área dos estabelecimentos de 0 a 10 (ha), não dobrou, e sim, quadruplicou. A alternativa para compreendermos esse fenômeno está na organização da sociedade. A partir desse quadro sobre os estabelecimentos agrários do município é possível dizer que as mudanças na subdivisão dos pequenos estabelecimentos os crescendo, vieram através de mudanças em sua ordenação populacional, vinculada aos movimentos de luta e resistência da população agrária, parte dos pequenos agricultores se mantiveram no campo alterando o seu quadro produtivo.

Outra parte da população rural migrou para a cidade, em busca de melhores condições de vida, pois esse novo modelo de produção, ou seja, reprodução da sociedade nesse espaço já não mais o adequava.

Oliveira (2001) transcreve que os pequenos estabelecimentos rurais têm muitas dificuldades inerentes a competitividade contra os grandes estabelecimentos, pois não encontram recursos suficientes para poder modernizar-se e acabam escanteados no modelo capitalista das relações de produção. Conseqüentemente, isso também afeta a população de trabalhadores rurais. Agora, será discutido a produção agrícola municipal no período de 1991 até 2021, onde poderemos perceber que a dinâmica na agricultura mariense, se efetivou na manutenção produtiva de lavouras temporárias que monoculturas em detrimento da produção de subsistência. Observe a tabela abaixo:

Tabela 03: Série histórica das principais culturas permanentes e temporárias de Mari – PB.

Ano	Mari – Produção Agrícola Municipal											
	1991		2001		2011		2021					
Lavouras Temporárias e Permanentes	Área Plantada ou Destinada à Colheita (ha)	Quant. Produzida (To)	Valor da Produção (Mil Cruzeiros)	Área Plantada ou Destinada à Colheita (ha)	Quant. Produzida (To)	Valor da Produção (Mil Reais)	Área Plantada ou Destinada à colheita (ha)	Quant. produzida (To)	Valor da Produção (Mil Reais)			
Abacaxi	500	16.700	990.000	143	3.575	1.073	80	2.400	2.400	10	300	450
Banana (Cacho)	10	7	2.660	2	36	5	4	40	16	5	75	113
Batata-Doce	40	480	19.200	15	120	24	100	1.000	600	90	720	936
Cana de açúcar	3.500	140.000	864.626	80	6.400	192	2.000	100.000	7.000	2.450	130.750	20.752
Castanha de Caju	5	2	230	-	-	-	10	4	6	10	3	10
Coco da Baía	50	150	8.250	60	108	14	50	150	68	23	115	86
Feijão (em grão)	185	71	9.940	-	-	-	43	26	43	18	7	27
Fumo (em Folha)	360	360	90.000	-	-	-	10	8	80	-	-	-
Mamão	5	150	13.500	5	200	60	6	240	168	-	-	-
Mandioca	1.000	15.000	300.000	700	7.000	245	1.700	15.300	2.601	1.180	10.460	7.322
Manga	15	900	16.200	15	300	105	10	120	48	10	70	84
Milho (em grão)	200	39	3.120	-	-	-	30	24	12	35	16	21
Urucum (semente)	20	40	5.200	2	3	2	2	2	4	2	2	12
Total	5.904		2.331.326	1.022		1.720	4.055		13.081	3.846		29.884

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. Adaptado pelo autor.

A tabela 2 expõe as principais lavouras temporárias e permanentes do município, com seguintes pontos a serem analisados conforme a passagem espaço temporal delimitada, sendo eles: a área plantada ou destinada a colheita, estabelecendo sua concessão com os estabelecimentos produtivos compreendidos na tabela 1; a quantidade produzida das lavouras delimitadas pelo interesse produtivo; e por último os valores das principais culturas, dos quais representam a maior valor econômico municipal.

A área total de produção do município diminuiu, indo de 5.904 (ha) em 1991 para 3.846 (ha) em 2021, isto significa que houve uma redução de 35% da área agrícola municipal nesses últimos 30 anos. Analisando as áreas plantadas e destinadas a colheita, percebemos que a única cultura que aumentou a sua área de produção foi a batata doce (aproximadamente 55,66 %), mesmo a cana de açúcar sendo a principal cultura municipal, teve um decréscimo de (aproximadamente 30%) em sua área.

De 1991 até 2021 houve uma diminuição das culturas de subsistência e a manutenção das monoculturas de cana de açúcar e mandioca. Ou seja, a produção rural que outrora servia como subsídio a vida camponesa, agora existem em monoculturas para acumulação de capital, subsidiado pelas políticas municipais de implemento a agricultura. O feijão e o milho tiveram significativa redução em sua área, perdendo nesse período de 30 anos, cerca de 90,28% e 82,5%, respectivamente.

Sobre a quantidade produzida, as culturas do abacaxi, feijão, fumo e urucum tiveram o seu destaque negativo, pois estes foram as que mais reduziram a sua área, a sua produção e conseqüentemente a sua lucratividade, passando até por períodos de improdução como o feijão e o fumo, na década dos anos 2001 e 2021.

Até aqui observamos que a produção rural de Mari é voltada as culturas de cana de açúcar e mandioca. Estas representaram aproximadamente 93% do valor total de produção dos itens da tabela (02), ou seja, R\$ 28.074,00 (Mil Reais) dos R\$ 29.884, 00 (Mil Reais).

3. 2 Distribuição da População do Município

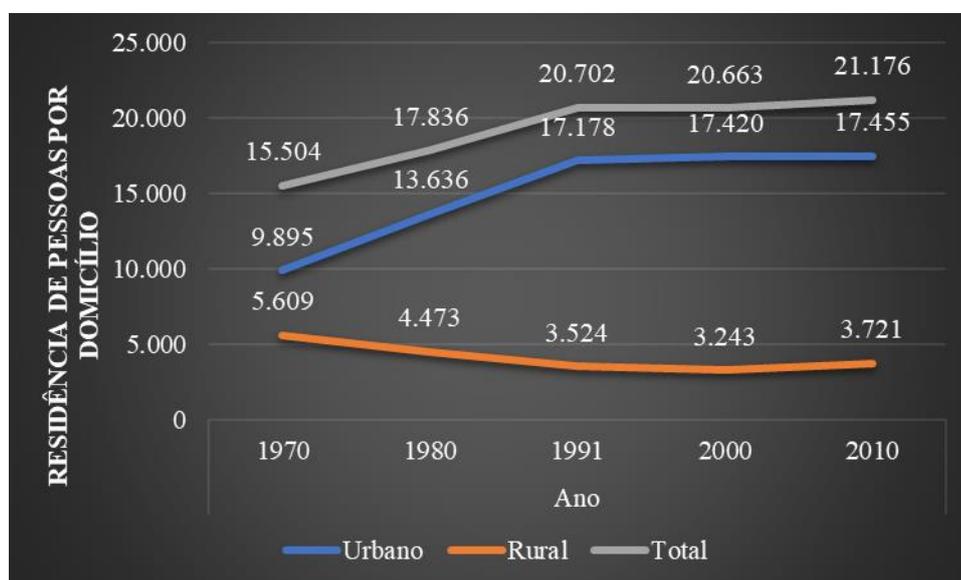
Como visto nos capítulos anteriores, a política de investimentos no campo resultou na modernização da agricultura e implemento industrial do país, alterando toda estrutura econômica/social. Deixando o campo menos favorável a moradia e aumentando a população urbana nos municípios. Assim, nesse estudo compreendemos a cidade, como:

Cidade: local onde, historicamente, alojou-se o grupo encarregado de gerenciar e consumir excedentes agrícolas, diferentemente das áreas de produção agrícola, o qual se juntaram os artesões, militares e funcionários a ele ligados. Constituiu-se assim um núcleo populacional dependente os alimentos produzidos na zona rural, e cujas atividades são predominantemente o comércio, a indústria e os serviços (Spósito, 2010, p. 23).

O município deste estudo, também sofreu alterações produtivas e reordenação populacional do campo. Sujeito ainda a densificação do capital e das relações globais de produção econômica e social, interligando territórios mundiais e acentuando a diferença local, que Santos (2010) define como globalização.

Esse quadro foi construído pelo seu processo de ocupação espacial que ora favorecia a economia com mais afinco a sua zona rural, outrora expandiu a sua zona urbana. Anteriormente descrito no gráfico 01, a população mariense cresceu vertiginosamente a partir da década de 70 até os anos 90, mas esse crescimento não ocorreu igualmente entre as áreas rurais e urbanas do município. Observa o quadro abaixo.

Gráfico 06: Série histórica do crescimento e distribuição da população nos espaços rurais e urbanos de Mari – PB.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico. Adaptado pelo Autor.

Se no gráfico 06, evidencia a expansão massiva da população mariense da década de 70 até a década de 90, o gráfico 06 mostra a disparidade entre o setor rural e urbano, pois nitidamente percebe-se que a população rural diminuiu com o tempo, partindo de 5.609 habitantes nos anos 70 até 3.524 habitantes nos anos 90. Em oposição, a quantidade de

habitantes do núcleo urbano nesse mesmo período foi de 9.895 para 17.178 habitantes, praticamente dobrando a quantidades de habitantes da zona urbana.

A mobilidade horizontal das populações, de uma para outra localidade, dentro da área rural, entre a área rural e a área urbana, dentro ou fora das fronteiras políticas nacionais – é um fato histórico e social comum a todas as nações e a todos os tempos, desde as eras mais remotas. Tem sido determinada por movimentos de repulsão, quando a miséria rural, as calamidades climáticas, como as secas e inundações, foram grandes massas de população a abandonarem os lugares onde vivem. Pode também ser causada por movimentos de atração, quando os centros mais populosos e mais adiantados oferecem oportunidades de trabalho que asseguram melhores condições de vida, como a expansão das atividades urbanas, a abertura de novas fronteiras agrícolas, a coleta de produtos extrativos eventualmente valorizados, as descobertas de minerais preciosos. E pode ainda resultar da conjunção de ambos os fatores – repulsão e de atração – sabendo-se que, na maioria das vezes, um deles é componente inseparável do outro (Guimarães, 1982, p. 278).

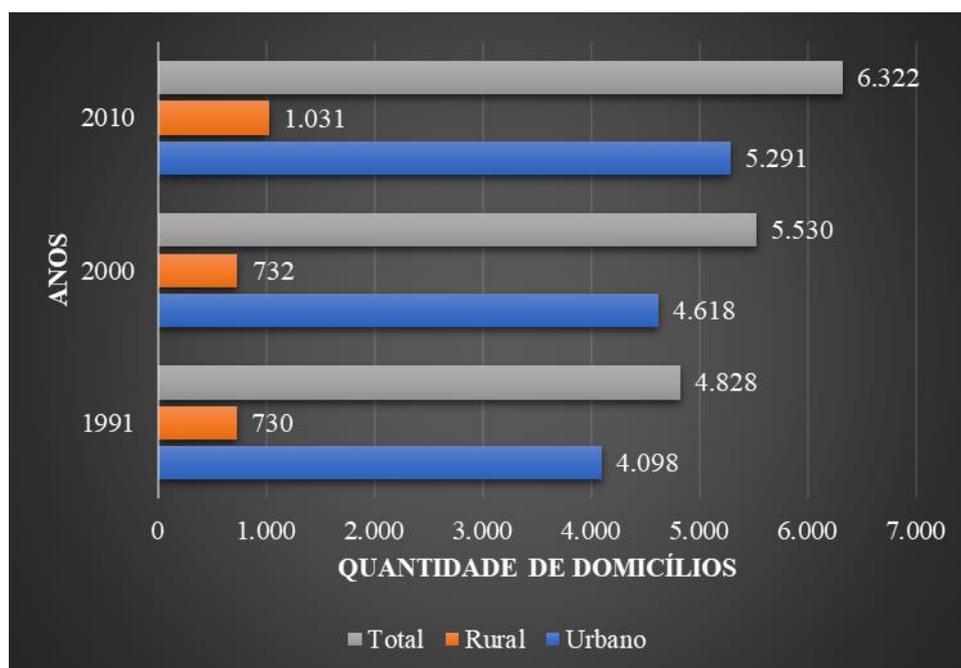
A diferenciação entre campo e cidade se dá em primeira linha pela densificação das construções em seu perímetro (IBGE, 2017). A cidade possui uma elevada concentração de construções, poucas áreas verdes e até se verticalizam em edifícios; já o campo é caracterizado pela sua contrariedade com o urbano, com poucos imóveis em uma área maior, como a presença vasta de áreas verdes. Outra maneira de concepção dessa interação entre o campo e a cidade, se dá no modo de vida.

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. A cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade Clássica (Williams, 1989, p. 11).

Ou seja, a produção do espaço urbano é proposta como uma construção histórica dos seus fixos e fluxos, obtendo em suas rugosidades (Santos, 2008) marcas que já foram um fenômeno dinâmico de épocas passadas, como a rádio Araçá FM, que sua função enquanto estação ferroviária estava vinculada ao escoamento de pessoas e produção local, agora é palco das interações humanas.

A partir da década de 1991 até 2010, a população urbana e rural não alterou significativamente a quantidade de habitantes, estando assim, estabilizados o crescimento e o decaimento do número de habitantes do município. Porém, nessa época a expansão de domicílios foi considerável, tanto das áreas urbanas como rurais. Observe o gráfico abaixo:

Gráfico 07: Distribuição da população na zona rural e urbana de Mari.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico. Adaptado pelo Autor.

A quantidade de domicílios permanentes em Mari, tem uma forte mudança nos anos de 1991 até o ano de 2010, isto se deve como exposto anteriormente ao aumento populacional do município nesse recorte espaço/temporal. Outra ideia, que nos ajuda a compreender esse quadro de aumento de moradias é a divisão dos estabelecimentos rurais municipais.

Com a mudança da população rural para cidade, surge os loteamentos, estes que são áreas de desvalorização das atividades econômicas rurais em detrimento das atividades tipicamente urbanas, condicionadas pela valorização de terrenos urbanos (gerando uma especulação imobiliária) e um espaço para ação de empreendimentos de comercialização.

Assim, muitos loteamentos surgem ao longo da PB-073, favorecendo o fenômeno de crescimento horizontal da cidade, pela ótica da expansão do capital. Alguns desses loteamentos que se encontravam desregulamentados e que através da Lei N° 973/2017 que estipula a regulamentação fundiária no município, da legitimidade aos assentamentos urbanos, mesmos que estes não tenham as condições estruturais de saneamento básico a sua constituição (Lima, 2019).

O loteamento Nova Esperança criado em 2016 pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), é um sinal da expansão urbana frente ao rural, pois não só era uma propriedade que está em comunhão espacial com o Assentamento Zumbi dos Palmares (Observe o Mapa 02). Como também em sua formação trabalhadores rurais que residiam nas

periferias da cidade e em áreas rurais próximas, uniram-se ao movimento e conseguiram um pequeno lote para a construção de sua moradia.

Figura 03: Motoniveladora fazendo a rua do Loteamento Walther Martins (Zona urbano).



Fonte: Acervo do Autor (2023).

Figura 04: Motoniveladora passando na estrada do Assentamento Zumbi dos Palmares (Zona Rural).



Fonte: Acervo do Autor (2023).

Nesses locais as dinâmicas entre campo e cidade parecem se confluir, pois tem uma forte intersecção dos fenômenos em sua atuação. Um deles é o deslocamento, como mostra nas figuras 03 e 04. Onde uma zona urbana enfrenta o mesmo processo de deslocamento que uma zona rural, as estradas sendo moldadas pela motoniveladora, pois nas periferias da cidade vários loteamentos não são calçados.

4 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Com o intuito de descrever algumas das políticas para o crescimento horizontal do município, os investimentos aqui descritos formam um arcabouço econômico e social que permeia o campo e a cidade. No perímetro urbano tem um crescimento dos empreendimentos comerciais, principalmente, varejistas que favorecem a sociedade produtos industrializados e uma rede de serviços formais. Já na zona rural percebemos que o campo é tomado pelas estruturas econômicas capitalistas, produzindo para venda em quantidade, deixando as culturas de subsistência escanteadas, ou seja, se produz para geração de capital.

4.1 Políticas para o desenvolvimento urbano

Sposito (1988) diz que os burgos (cidades) crescem em virtude das suas redes de comercialização. Essa ideia é fortemente aplaudida uma vez que existem as zonas comerciais das cidades que movimentam grandes quantidades de pessoas, recursos e dinheiro, desenvolvendo as suas adjacências, como mostra Pintaudi (2007) no estudo das redes comerciais de São Paulo.

A cidade, para crescer territorialmente, vai ocupando áreas que, anteriormente, eram utilizadas para agricultura, pecuária, extrativismo. Essas áreas são divididas em lotes, que variam de tamanho conforme o país e a região*, e que são orientados por um traçado de ruas e avenidas, que serão a base da circulação futura de pessoas e mercadorias (Spósito, 2010, p. 24).

Assim, a cidade cresce e ganha uma forte influência sobre as áreas em suas adjacências, uma vez que os territórios rurais historicamente vêm diminuindo a sua população por conta da implementação do modelo produtivo capitalista no campo. O campo é dominado por estabelecimentos maiores (cap. 3) que produzem para as indústrias, utilizando maquinários, defensivos agrícolas (agrotóxicos), plantações geneticamente modificadas (transgênero) em grande escala e, que depois vão para as cidades como mercadorias industrializadas em prateleiras dos supermercados.

As políticas de desenvolvimento econômico do município aqui analisado são feitas através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agrário (SMDEA), que tem projetos de desenvolvimento rural e urbano. A (SMDEA) visando satisfazer as necessidades locais de uma formalização dos comerciantes municipais através da Lei Municipal nº 758/2010, imputa a criação do programa “Casa do Empreendedor”, auxiliando

na abertura de: Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) (Mari, 2010). Dispondo de recursos municipais para a sua implementação.

Figura 05: Casa do Empreendedor em Mari – PB.



Fonte: Acervo do Autor (2023).

Está imagem mostra o estabelecimento da Casa do Empreendedor na cidade de Mari, localizada na Rua Antônio de Luna Freira, no Centro da cidade, em frente à Rádio Araújo – FM. Este programa municipal que é responsável por ministrar palestras, auxiliar jovens que desejam abrir o seu próprio negócio e fazer empréstimos para que o município avance em suas relações comerciais internas, conta com parcerias como: SEBRAE e a Agência EMPRENDER PARAÍBA.

A Casa do Empreendedor é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Mari-PB, com o objetivo de promover políticas públicas de indução ao desenvolvimento local a partir de ações de fomento ao empreendedorismo, como oferecer informação e orientação aos empreendedores sobre abertura, funcionamento e formalização de empresas, além da criação de programas específicos para este segmento, e ter como resultados o aumento da competitividade da economia local, a geração de emprego e renda, estímulo à economia solidária e a inovação tecnológica (SMDEA, 2023).

O programa “Casa o Empreendedor” é uma política pública para o desenvolvimento do comércio local, auxiliando na capacitação e formalização de Microempreendedores Individuais no município, também, diminuindo a desigualdade social.

Geralmente, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico no âmbito municipal são elaboradas ou formuladas a partir da necessidade de se enfrentar as situações de pobreza ou minimizar vulnerabilidades econômicas locais, com programas governamentais voltados para a redução das desigualdades sociais (Souza; Amarante; Amarante, 2022, p. 40).

À medida que a quantidade de pequenas empresas e comércios são abertos no município, gera uma maior demanda de mão de obra e dinheiro circulando internamente, isto fortalece a economia local. Segundo o “Relatório do Ambiente de Negócios do Município de Mari” de 2021 a 2023 foram formalizados 835 MEI, e uma liberação de R\$ 305.000,00 de crédito em programas para o fomento da economia urbana. Isto significa uma mudança na vida dos empreendedores e da população como todo, pois aumenta as possibilidades de circulação econômica interna, contribuindo para geração de emprego e renda municipal.

Tabela 04: Os principais Microempreendimentos que foram abertos de 2021 a 2023 em Mari

– PB

<i>SIMEI: Principais Microempreendedores Individuais por CNAE em Mari - PB</i>			
<i>Tipo de Estabelecimento</i>	Masculino	Feminino	Total
<i>Obras de alvenaria</i>	26		
<i>Comércio e varejo de peças e acessórios novos para motocicletas e motonetas</i>	8		
<i>Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios - minimercados mercadorias e armazéns</i>	41	25	66
<i>Comércio varejista de bebidas</i>	26	13	39
<i>Comércio varejista de materiais de construção em geral</i>	17	8	25
<i>Comércio varejista de artigo de armarinho</i>	11	9	20
<i>Comércio varejista de artigos de cama mesa e banho</i>	7	6	13
<i>Comércio varejista de cosméticos produtos de perfumaria e higiene pessoal</i>	3	19	22
<i>Comércio varejista de artigos de vestuários e acessórios</i>	21	45	66
<i>Serviço de táxi</i>	27		27
<i>Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificados anteriormente</i>	12		12
<i>Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares</i>	14	13	27
<i>Fornecimento de alimentos preparados para consumo domiciliar</i>	5	9	14
<i>Promoção de vendas</i>	5	9	14
<i>Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente</i>	7	5	12
<i>Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas</i>	6	6	12
<i>Cabeleireiros</i>	9	31	40

Fonte: Casa do Empreendedor. Adaptado pelo Autor.

Observe que a tabela com alguns dos empreendimentos individuais representam uma quantidade alta de estabelecimentos varejistas que vendem insumos de baixo custo. Isto é, comercialização de produtos que não são oriundos do município, sendo produtos industrializados que fazem parte da interação econômica a nível estadual, nacional e mundial. Assim, Santos (2010, p. 96-97) define como: “O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

O comércio se estabeleceu na criação de MEI's, que as mulheres tenham o protagonismo. Gerando trabalho, renda e movimentação financeira em seus setores produtivos. Os artigos de vestuários, cabeleireiros, perfumaria e higiene pessoal, as mulheres detém a maior quantidade de estabelecimentos, ou seja, uma grande inserção da força de trabalho feminino na cidade.

4. 2 Políticas para o desenvolvimento rural

No implemento da agricultura familiar no município, um serviço prestado pela SMDEA são as horas de tratores para arar pequenos lotes de terra das famílias de agricultores. Que através dos tratores municipais as famílias de agricultores cadastradas têm direito a 2 horas de trator para arar o seu terreno. Isto ocorre principalmente nos meses que antecedem as chuvas, para a plantação.

O trator da SMDEA, serve para auxiliar as famílias de agricultores familiares do município no processo produtivo no campo, sendo um incentivo político econômico para o implemento dos moldes de produção capitalista na agricultura familiar. Assim, os agricultores familiares ainda têm muita dificuldade de produzir, pois estas horas de trator disponibilizadas ainda é muito pouco, pois estes produtores locais têm que lutar contra o mercado de produção global, que se caracteriza pelos latifundiários com uma grande quantidade de maquinários agrícolas, utilizam fertilizantes, fazem uso de irrigação etc. Ou seja, o agricultor familiar ainda se encontra diminuto em sua escala de produção econômica e social no campo.

Figura 06: Trator da SMDEA na oficina.



Fonte: Acervo do autor (2023).

Além das horas de trator, outros projetos são desenvolvidos no município, como a agroindústria de Piripiri (zona rural de Mari), que através de agricultores familiares, produzem derivados da mandioca, como o beiju alimento cultural da região (Bezerra, 2018). O Programa de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste (PRODETER) fornece recursos para a implementação de Aquicultura nos municípios de Araçagi, Bananeiras, Guarabira, Itabaiana, Itapororoca, Mari e Sapé. Segundo a justificativa:

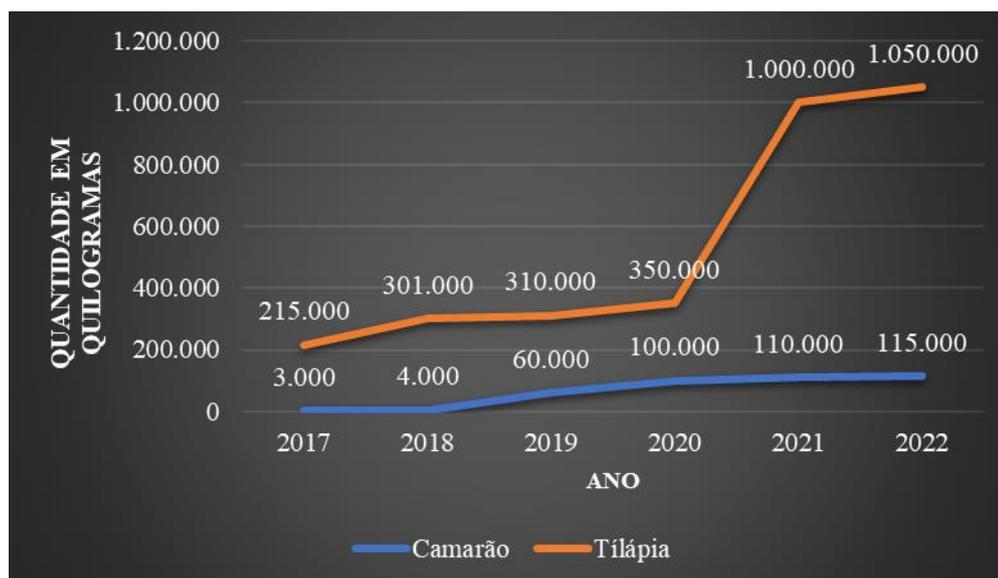
Assim, percebe-se, que diante da estagnação da quantidade de pescado proveniente da captura, a aquicultura deverá assumir neste novo milênio, a responsabilidade em atender parcela significativa na demanda por proteína de origem animal, por meio do aumento da utilização de espécies aquícolas adaptadas a novos ambientes e pela adoção e pela utilização de novas tecnologias e técnicas de produção, que aumentam substancialmente sua produtividade por hectare de lâmina d'água e diminuem os riscos inerentes à atividade (Banco do Nordeste, 2019, p. 5).

A realidade é que essa cultura beneficia o município, trazendo emprego e renda, seguindo a ótica do capitalismo, destinado ao beneficiamento produtivo para geração de capital. E assim, na sua produção pode desenvolver minimamente o local onde se tem essa criação.

No Plano de Ação Territorial do Banco do Nordeste do PRODETER, consta que o implemento dessas culturas de camarão e da tilápia nos municípios supracitados é favorável pela sua abundância de recursos hídricos, pois estas demandam de uma grande disponibilidade hídrica. Estas produções que cada vez mais vêm ganhando destaque no âmbito nacional, sobre a sua produção. A produção de camarão Vannamei nos municípios

paraibanos, a maioria se dá em pequenas propriedades, com algumas áreas de viveiros estimadas em 500 hectares até o final de 2019. A produção de tilápias é outro comércio que vem se expandindo no país, nas últimas décadas. E que se desenvolve ao longo dos cursos hídricos pela sua importante utilização.

Gráfico 08: Quantidade produzida em quilogramas de camarão e tilápia nos últimos anos em Mari – PB.



Fonte: IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal. Adaptado pelo Autor.

No gráfico acima percebemos que a quantidade de camarões e tilápias vem aumentando todo ano, nitidamente, que a produção de tilápias em uma quantidade maior do que a de camarão. Em 2019 a produção de camarão chega a 60 (to), 15 vezes mais do que no ano anterior, por conta da implementação de recursos financeiros através do Banco do Nordeste. Enquanto as produções de tilápias quase triplicam a sua quantidade produzida em 2021.

Gráfico 09: Valor da produção em reais da quantidade produzida de camarão e tilápia nos últimos anos em Mari – PB.



Fonte: IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal. Adaptado pelo Autor.

O valor dessas aquiculturas no município de Mari chegou a R\$ 10.980.000,00 no ano de 2021. Considerando a sua produção através de pequenos produtores, isto representa muito para o município. Nesse ano segundo dados do IBGE, “o município de Mari, ocupa o 2º lugar na produção de Tilápia na Paraíba, sendo responsável por uma produção de 301 mil toneladas/ano, sendo superado apenas pelo município de Bananeiras” (Prefeitura de Mari, 2021).

Apesar do crescimento da produção local, essas culturas descritas não têm um grande peso na comercialização da região, sendo vendidas para empreendimentos externos. Ainda se consegue obter esses produtos na feira livre, que desde o surgimento da vila Araújo, tem a sua importância da dinâmica local. A feira era convidativa para os revendedores e produtores locais, pois com a sua diversidade de produtos faziam com que as pessoas das regiões circunvizinhas viessem comprar itens produzidos pelos comerciantes, alguns deles agricultores da zona rural de Mari. A feira livre ainda resiste ao processo de densificação das redes comerciais que ocorrem na cidade em detrimento da expansão dos supermercados.

Figura 07: Barraquinha de feira.



Fonte: Acervo do autor (2023).

Essas mercadorias na imagem acima são produzidas no Assentamento Zumbi dos Palmares, sendo livres do uso agrotóxicos e levadas a feira municipal para serem vendidas aos sábados. A qualidade do produto é muito importante, pois sem isso a freguesia diminui e o feirantes encontram dificuldades para a venda da sua mercadoria. Isto se deve a desvalorização das feiras livres, por meio da atração dos supermercados.

O supermercado significou concentração financeira e territorial, porque passou a concentrar, sob a propriedade de um único empresário ou grupo em um único local, a comercialização de produtos anteriormente dispersos no espaço, que se constituíam em comércios especializados de pequenos capitais, tais como a padaria, o açougue, a peixaria, o bazar, a quitanda (frutas, verduras e legumes) e a mercearia (produtos de limpeza e gêneros alimentícios não perecíveis). (Pintaudi, 2007, p. 151).

A quantidade de mercadorias sendo vendidas em um único espaço, não é a principal vantagem dos supermercados, a diversificação das formas de pagamento e a garantia de qualidade através de selos dos alimentos, fazem com que as feiras livres percam cada vez mais integrantes dessa cultura. Então, percebe-se que a expansão dos comércios urbanos interage com a produção dos espaços rurais e a dinâmica econômica/social nos norteia a que ponto pode se chegar essa interação.

5 O TERRITÓRIO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES: INTER-RELAÇÃO ENTRE CAMPO E CIDADE

O Assentamento Zumbi dos Palmares está localizado no perímetro municipal de Mari, praticamente se conectando a sua área urbana, através do loteamento Nova Esperança (Zona Especial de Interesse Social), como mostra no mapa 02. Foi criado em 08 de outubro de 2004, sendo uma conquista do MST e da população de trabalhadores rurais, que em seu surgimento ressignificou esse território e possibilitou a mudança necessária para uma parcela da população.

O Assentamento Zumbi dos Palmares tem uma área total de 1.172,48 ha. A área registrada é de 1.063,5602 ha. Desses 212 são destinados à área de reserva legal, 23,5758 correspondem a área de preservação permanente (preservada), é à área média das parcelas e de 7 ha. A soma total da área dos lotes corresponde a 593,430 ha, onde há uma intercalação de pastagem e plantio de culturas, com destaque para a produção de mandioca (Silva, 2013, p. 82).

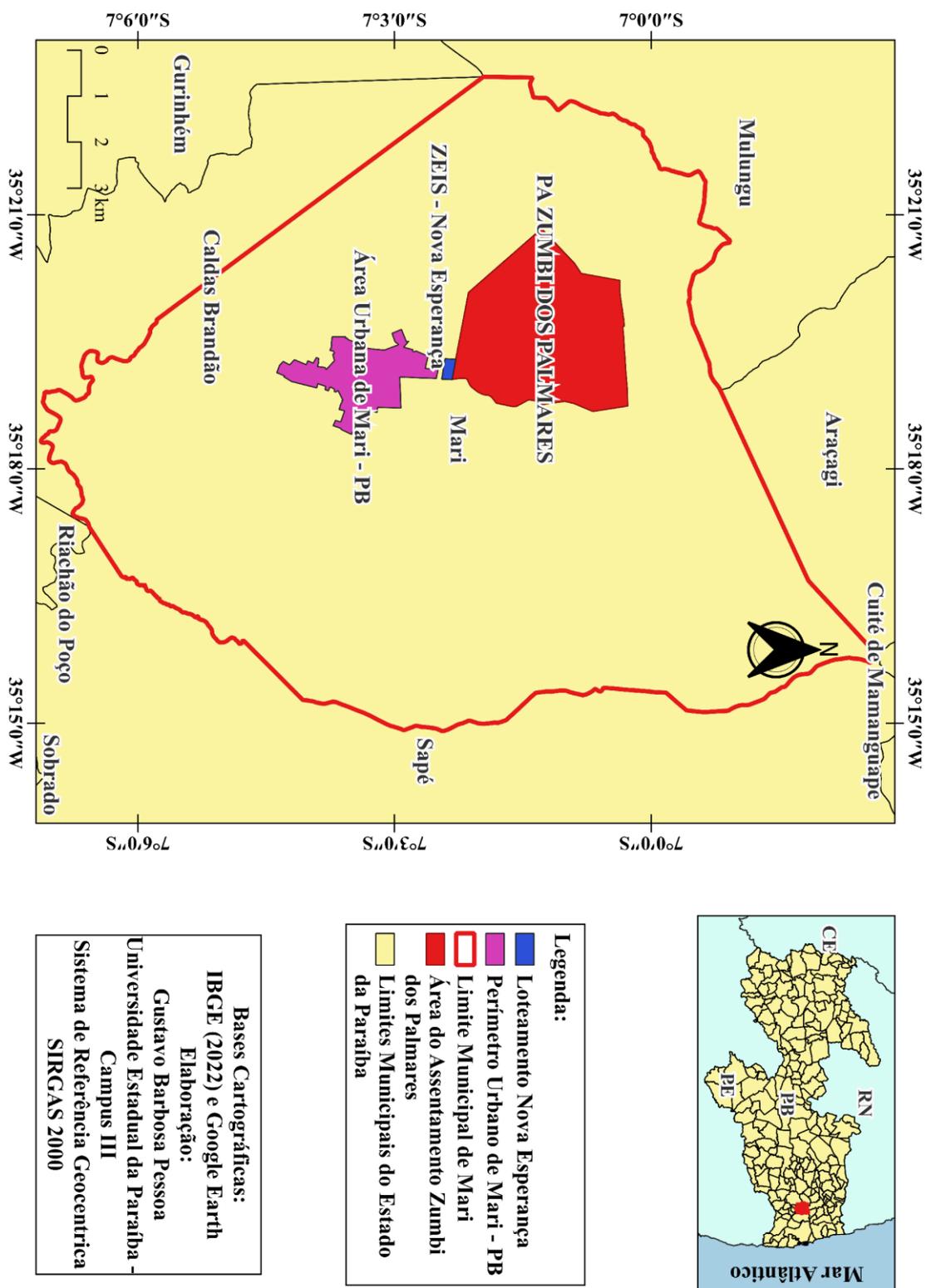
Com recursos do INCRA, organizados pela cooperativa do assentamento (COOPAZ) contratou serviços para construir as residências dos moradores, e assim, surge a agrovila para as famílias dos assentados poderem socializar e viver em comunidade. Inicialmente o assentamento contou com 85 famílias (atualmente são 148), devido aos filhos dos assentados que residem no assentamento o número de famílias aumentou. Estes, mantêm as terras produtivas e asseguram a permanência da população no campo, aumentando o número de domicílios no assentamento.

O assentamento conta com uma caixa de água com poço artesiano, para as famílias que desejarem utilizar desse recurso. As outras residências utilizam de cacimbões para o consumo de água potável, porém, não recebem tratamento adequado. Este espaço mudou a vida de diversas famílias do município e para elas, este é o melhor lugar para se viver.

Certamente a luta pela terra é a forma de melhorar a vida da população que vive na periferia e querem realmente mudar de vida. Porque quando você se une com o MST você não se une apenas pela terra, você se une por educação, se une por saúde, se une pela juventude, você se une pela melhor qualidade de vida do povo. E eu acredito que os assentamentos de reforma agrária é a única forma da gente se libertar. (Fala de um assentado, 2023).

Esta fala confirma o que se delimitou nas discussões dos capítulos anteriores, que as lutas pelo direito e uso adequado de propriedades de antigos latifúndios improdutivos quando requalificadas garantem o bem-estar econômico e social de uma população que necessitava

Mapa 02: Localização do Loteamento Nova Esperança, da área do Assentamento Zumbi dos Palmares e do Perímetro Urbano de Mari – PB.



Fonte: Acervo do Autor (2023).

de apoio para se estruturar. E agora vemos a materialidade dessa conquista, o Assentamento Zumbi dos Palmares tem uma escola, um posto de saúde, áreas de lazer para dar suporte a essa nova geração de cidadãos.

A saúde no Assentamento conta com uma UFS (Unidade de Saúde da Família), para a prevenção e acompanhamento médico da comunidade. Realizando os serviços de vacinação, consulta médica, encaminhamento a especialista e outros tratamentos necessários. Este atende todas as famílias que residem no assentamento juntamente com o agente comunitário de saúde.

Na imagem 06, mostra a UFS do assentamento, que passou por uma reforma interna no ano de 2022, para melhor atender as necessidades da comunidade rural.

Figura 08: Unidade de Saúde Familiar do Assentamento Zumbi dos Palmares.



Fonte: Acervo do autor (2023).

A educação tem forte influência dos movimentos sociais, pois a diretora da escola do assentamento, com o apoio do Movimento Social dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em 2008 na Macha Nacional, foi pleiteado os recursos para reforma da estrutura da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Zumbi dos Palmares do assentamento (Cruz, 2009). Esta instituição dá o direito do cidadão rural a alfabetização das crianças até a 5º ano do fundamental I e aos adultos que porventura desejam se matricular no Educação para Jovens e Adultos (EJA).

Quando os alunos passam para o ensino fundamental II, devem estudar na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Tiradentes, no assentamento vizinho ou na

cidade de Mari, onde se tem as séries de 6º a 9º ano. O ensino médio é totalmente centrado nas escolas urbanas, porém, tem ônibus para levar os alunos. Sendo uma importante conquista para o movimento social e a população rural, a educação no campo consiste na ressignificação dos espaços e da vida do camponês, lhe entregando o direito constitucional a educação.

A Educação do Campo nasce sobretudo de um olhar sobre o papel do campo em um projeto de desenvolvimento do país e sobre os diferentes sujeitos do campo. Um olhar que projeta o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, e que projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos, políticos. Eles enfatizam que a questão central para as pesquisas e políticas educativas será reconhecer esse protagonismo político e cultural, formador, que está se dando especialmente nos movimentos sociais do campo (Oliveira; García, 2009, p. 165).

Ter um ensino que valorize os conhecimentos locais, dos quais formem os estudantes para atuarem de forma crítica sobre os seus espaços, é essencialmente o significado da escola do campo, transcrito (Wanderley, 2017). O PPP da escola pensado nessa valorização dos conhecimentos do campo, sua função econômica, política e social através racionalização dos conteúdos do livro didático condiciona o aluno ao entendimento do “direito ao campo”.

Figura 09: Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Zumbi dos Palmares.



Fonte: Acervo do autor (2023).

Essa é a escola do assentamento, que não só é utilizada para a educação de crianças e adultos como pode ser utilizada pela comunidade para reuniões e eventos importantes. Possui em suas adjacências uma quadra poliesportiva para os alunos praticarem exercícios e a comunidade em geral a utiliza.

Figura 10: quadra poliesportiva do Assentamento Zumbi dos Palmares.



Fonte: Acervo do autor (2023).

Com isto, percebe-se a necessidade da educação no campo, para a manutenção do cidadão nesses espaços. Como debruçamos anteriormente, existe um processo de esvaziamento da população rural de suas propriedades, os sujeitando a cidade, portanto, excluindo a sua cultura e todo o seu significado.

A cooperativa (COOPAZ) surge com a instalação do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento. Os assentados que participam da cooperativa podem pedir auxílio para conseguir projetos do governo como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para escoamento de sua produção. Este local já foi destaque estadual, pois com a Agroindústria Orlando Bernado e o seu projeto de macaxeira a vácuo, consegue produzir com os recursos próprios as suas mercadorias, a macaxeira a vácuo para venda, que no período da pandemia produziu para o governo.

Figura 11: COOPAZ do Assentamento Zumbi dos Palmares.



Fonte: Acervo do autor (2023).

A zona rural é um local de produção, mas também de reprodução das relações sociais, portanto, reprodução da sociedade. Nos moldes capitalistas, o monopólio de terras, não só, tira o direito de produzir, como impõe ao camponês a venda da sua força de trabalho e o joga em uma sociedade de consumo. Nesse sentido, esse espaço do Assentamento Zumbi dos Palmares mantém as condições para produção capitalista, como dá assistência às famílias dos agricultores.

As manifestações religiosas sempre estiveram presentes na comunidade, apoiando a consolidação do assentamento se materializando com a construção das igrejas (católica e evangélica), subsidiadas pelos moradores da comunidade. Sendo de total responsabilidade deles zelarem por esses espaços.

O terreno da igreja católica, segundo uma das líderes religiosa da comunidade, foi especialmente cedido por um ato de fé, ao qual uma antiga senhora, fez uma promessa, que se caso conseguisse essas terras para trabalhar, ela construiria uma igreja em seu terreno. Infelizmente, essa senhora morreu, mas os seus filhos mantiveram a sua promessa e cederam parte do terreno da sua habitação para a construção da igreja, que foi construída em união pela comunidade (Figura 12).

Figura 12: Igreja Católica do Assentamento Zumbi dos Palmares.



Fonte: Acervo do autor (2023).

A Igreja evangélica ilustrada na figura 13 também foi construída pelos moradores do assentamento e representa a união com Deus, assim se tem uma maior liberdade ao culto religioso, não havendo conflitos entre as duas igrejas.

Figura 13: Igreja Evangélica do Assentamento Zumbi dos Palmares.



Fonte: Acervo do autor (2023).

Os comércios do assentamento Zumbi dos Palmares surgem para satisfazer os anseios locais por mercadorias e serviços próximas as suas residências, alguns assentados comercializam diversos insumos, dentre eles: feijão, arroz, carnes, refrigerante etc. Pintaudi (2007) diz que o comércio se manifesta através de vínculos sociais com o espaço, este se reproduzindo conforme as relações comerciais e de produção da sociedade se manifestam. Observe o mercadinho e balneário do Assentamento Zumbi dos Palmares abaixo.

Figura 14: Mercado e Balneário da Tilápia.



Fonte: Acervo do Autor (2023).

Ao lado esquerdo da figura 14 é possível ver um portão gradeado em sua parede desenhado um carinho de compras, isto significa que ali é um mercadinho. Nele se tem diversos itens de alimentação, higiene pessoal, bebidas etc. Esse estabelecimento é administrado por assentados, que também são proprietário do estabelecimento ao lado o

Balneário da Tilápia. Este que se caracteriza por ser uma área de lazer, com a qual se pode desfrutar de uma comida do campo e banhar-se na piscina do local, atendendo a população do assentamento e da cidade de Mari.

Recentemente as margens da PB-073 surgiram pequenas barracas, voltadas ao escoamento da produção local de alguns agricultores. Itens como: abobora, macaxeira, água de coco etc. Observe a figura abaixo.

Figura 15: Comércios a beira da PB – 073 no Assentamento Zumbi dos Palmares.



Fonte: Acervo do autor (2023).

Ainda temos outros comerciantes no assentamento que utilizam as próprias residências para poder comercializar alguns produtos e conseguirem uma renda no final do mês. Pois esses comércios são atividades para o aumento de renda da família de agricultores. Um local de escoamento de produção é a feira livre de Mari (Cap. 04), onde alguns dos assentados vendem suas mercadorias.

Então, diante desse quadro de organização do Assentamento ao qual conta com uma certa proximidade com as áreas periféricas da cidade (loteamento Nova Esperança), as vezes confluindo em seus fluxos populacionais e de modo de vida (Cap. 3.1). Entendemos que o processo de formação da cidade aconteceu através da migração da população rural para a urbana, pois o campo na década de 80 foi palco de investimento na capitalização de riquezas, seja na forma de exportação de monoculturas e controle dos estabelecimentos rurais, assim como na densificação da economia urbana.

No momento atual da história do capitalismo, este estende-se cada vez mais ao espaço global criando novos setores de atividade como extensão das atividades produtivas. Nesta condição, o espaço, produzido enquanto mercadoria, entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro, de modo a viabilizar a reprodução e as possibilidades de ocupar o espaço são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma nova lógica. O Espaço Urbano associada a uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tornando os espaços trocáveis a partir de

operações que se realizam no mercado. Deste modo o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível (Carlos, 2007, p. 74 – 75).

Isto, em primeiro lugar significa que os espaços são altamente mutáveis pelos processos que ocorrem em virtude da produção econômica e, que, o campo e a cidade tem uma interação de crescimento, divisão e ocupação desses territórios. Fazendo-os expandir ou regredir em sua ocupação. O Assentamento Zumbi dos Palmares é um local de ressignificação do processo de capitalização das terras em latifúndios, fazendo com que se mantenha a vida camponesa, porém, com uma maior interação com o urbano, na garantia do direito a educação, saúde, lazer. Esses territórios que estão sobre influência da economia globalizada fazem com que gerem uma série de desigualdades que, só poderão coexistir com espaços igualitários, com políticas de desenvolvimento e bem-estar social através da luta pelos direitos do cidadão do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até agora percebemos o as mudanças territoriais e espaciais no município de Mari, ao qual está envolto de fortes lutas sobre o seu espaço agrário, se requalificando com o passar dos anos. O sistema capitalista, de igual forma, diminui as fronteiras urbanas disseminando a sua cultura pelas tecnologias, aprofundando -se cada vez mais o campo e o esvaindo de suas raízes com a natureza para a artificialização do urbano.

O assentamento foi palco dos movimentos sociais de luta pelo direito a terra, que constantemente reivindicavam uma mudança na visão excludente, unilateral e maligna do capital, que busca incessantemente avançar sobre áreas da natureza para sua acumulação de riqueza na posse de terra. Porém, o campo vem passando por mudanças econômicas, espaciais e sociais, através do Assentamento Zumbi dos Palmares, mesmo vinculada ao meio técnico científico informacional onde as casas contam com todo tipo de tecnologias (geladeiras, televisores, furgões a gás), e no seu deslocamento a população utiliza motocicletas e carros. O que faz com que parte da cultura camponesa se perca e se adentre muito mais a ótica capitalista mundializada, principalmente na aquisição de alimentos dos supermercados.

Uma vez que o campo não produz mais insumos para o seu próprio consumo e produz para venda e exportação, acaba se envenenando e pagando muito mais caro. Pois o trabalhador rural vende a matéria – prima e consome o produto beneficiado (industrializado) por um valor muito maior. Além, de dicotomizar em um espaço, o sentido do trabalho precarizado e autônomo que o camponês realiza em suas terras. Sendo dono de si e o explorando pela sua ação capitalista.

Enquanto a desocupação no campo faz com que os núcleos urbanos se expandam horizontalmente, como vimos no (cap. 3, 4), percebemos que o campo e cidade possuem movimentos econômicos semelhantes servindo ao capital global, uma vez que estes servem produzindo mercadoria e se apropriando da mão de obra dos trabalhadores subalternizados. Na cidade isto se manifesta através de supermercados e outros serviços tipicamente urbanos; mas no campo se dá na falta de emprego, gerada pela produção de monoculturas, no agronegócio de diminuía a força de atuação do agricultor etc.

A zona urbana de Mari se densifica com o passar dos anos, expandido horizontalmente para áreas rurais adjacentes (assentamentos rurais), onde já encontramos próximos as suas localidades uma grande quantidade de residências (os assentamentos também crescem a quantidade de habitantes e suas construções).

Se os estabelecimentos agropecuários de Mari produzem culturas específicas para venda e não para o próprio consumo, havendo uma pequena comercialização em barracas, bodegas, mercadinhos e na feira livre. A cidade densifica a sua estrutura urbana implementando projetos de criação de Microempresas, voltadas aos serviços de venda de mercadorias industrializadas. E as políticas de desenvolvimento social e econômico que o município tem, principalmente, o programa empreender pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agrário (SMDEA) que aumentam a necessidade de serviços e bens sociais.

A intersecção entre campo e cidade não está na propagação dos espaços, mas em sua vivência, onde o Assentamento Zumbi dos Palmares possui em alguma medida elementos semelhantes ao urbano, em uma configuração rural e cada vez mais a cidade cresce para o seu encontro, como o Loteamento Nova Esperança. Essa pequena descrição do surgimento, expansão e configuração atual do território Mari, é apenas uma amostra de sua totalidade, pois o que se configura na realidade são os modos de vida que se unificam. O campo passa a ter significados urbanos; já o urbano passa a requerer mais áreas destinadas à especulação do capital, crescendo e se alocando em suas adjacências rurais.

Compreendemos que os espaços em sua formação histórica na luta pelo direito a terras são ressignificados pelas suas dinâmicas internas, seja por forças econômicas advindas exteriormente, assim como, a própria modelagem que a população faz nesses locais. Os movimentos sociais como: o MST e o MTST; atuam como agentes estruturantes nesse conflito e que as políticas econômicas de ordenamento social estão vinculadas aos aspectos mais diversos de nossa sociedade. Analisá-los nos leva a compreender muito mais sobre a materialidade da nossa existência para, então, podemos agir sobre esses espaços adequadamente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ítalo D'Artagnan. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]. Recife: UFPE, 2021.

ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos. **Revista História: debates e tendências**, v. 18, n. 3, p. 408-419, 2018.

AQUINO, Ítalo de Souza. **Como Escrever Artigos Científicos: sem “arrodeiro” e sem medo da ABNT**. São Paulo: Saraiva, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.

BANCO DO NORDESTE. **PLANO DE AÇÃO TERRITORIAL: AQUICULTURA – Piscicultura + Carcinicultura Território Agreste Paraibano – PB**. PRODETER, 2020.

BEZERRA, Ana Beatriz; PEREIRA, Adelaido de Araújo; DIAS, Francisca Hortência Couras *et. al.* Descrição do processamento de elaboração do beiju em agroindústria do município de Mari-pb. **Anais III Simpósio Nacional de Estudos Para Produção Vegetal no Semiárido - SINPROVS**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/40371>>. Acesso em: 01 de nov. de 2023.

BRASIL. Senado Federal. **DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**. Brasília: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1943. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

BRASIL. Presidência da República. **DECRETO Nº 83.700, DE 5 DE JULHO DE 1979**. Brasília: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1979. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D83700imprensa.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2083.700%2C%20DE%2005%20DE%20JULHO%20DE%201979&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20execu%C3%A7%C3%A3o%20do,CENAL%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20Provid%C3%AAs.>. Acesso em: 21 de out. de 2023.

BRASIL. Senado Federal. **LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850**. Brasília: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1850. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

BRASIL. Senado Federal. **LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888**. Brasília: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1888. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm>. Acesso em: 21 de junho de 2023.

BRASIL. Senado Federal. **LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964**. Brasília: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1964. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

BRASIL. Governo Federal. **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. Brasília: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 21 de out. de 2023.

BRASIL. Governo Federal. **Módulo Fiscal**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>>. Acesso em: 21 de out. de 2023.

BRASIL. Prefeitura de Mari. **LEI Nº 973/2017**. Institui o programa municipal de regularização fundiária urbana no município de Mari - PB e dá outras providências. Mari – PB: Câmara Municipal, 2017.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Reforma Agrária por Conflitos. *In*: BUAINAIN, Antônio Márcio (Coord.) *et. al.* **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2008. p. 17 – 128.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade e a organização do espaço. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 1, p. 105-111, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CORDEIRO NETO, Francisco Alves. Assentamento Zumbi dos Palmares: histórico de lutas para a conquista da terra em Mari/PB. **Rein-revista Educação Inclusiva**, v. 6, n. 2, p. 101-108, 2021.

CRUZ, Edijane do Nascimento. **Educação do campo: avanços e desafios nas salas multisseriadas nas Escola Zumbi dos Palmares em Mari-PB**. Monografia (Graduação), Universidade Federal da Paraíba, 2019. 42f.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de. Sobre as Origens da Favela (The origins of the ‘favela’). **Mercator**, v. 10, n. 23, p. 33 - 48, 2011.

FERNANDES, Bernado Mançano. Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. *In*: BUAINAIN, Antônio Márcio (Coord.) *et. al.* **Luta Pela Terra, reforma Agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2008. p. 173 – 230.

FILLIPI, Eduardo Ernesto. **Reforma agrária: experiências intencionais de reordenamento agrário e a evolução da questão de terra no Brasil**. Porto alegre, UFRES, 2005.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. Crise estrutural e societária: precarização do trabalho em tempos de “bolsonarismo pandêmico”. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n. 3, p. 215-237, 2020.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu De. **Teologia da Libertação e Práxis: memórias territoriais de lágrimas e luta pela terra na região de Guarabira**. Curitiba: CRV, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

IBGE. Coordenação de Geografia. **Áreas Urbanizadas do Brasil**. Rio de Janeiro - IBGE, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Mari – PB**. Brasil: 1970. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Mari – PB: população residente (pessoas)**. Brasil: 1980. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Mari – PB: população residente (pessoas)**. Brasil: 1991. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Mari – PB: população residente (pessoas)**. Brasil: 2000. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Mari – PB: população residente (pessoas)**. Brasil: 2010. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Mari – PB: domicílios ocupados particulares (unidades)**. Brasil: 1991. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/156#resultado>>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Mari – PB: domicílios ocupados particulares (unidades)**. Brasil: 2000. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/156#resultado>>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Mari – PB: domicílios ocupados particulares (unidades)**. Brasil: 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/156#resultado>>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da Pecuária Municipal de Mari – PB: Produção de Aquicultura (Quilograma)**. Brasil: 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3940#resultado> >. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da Pecuária Municipal de Mari – PB: Valor da Produção (Mil Reais)**. Brasil: 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022.

Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3940#resultado>>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal de Mari – PB: Quantidade Produzida (Toneladas)**. Brasil: 1975, 1985, 1995, 2006. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5457#resultado>>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de Mari: Área dos Estabelecimentos Agropecuários (hectares)**. Brasil: 1995. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/491#resultado>>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de Mari: Número de Estabelecimentos Agropecuários (Unidades)**. Brasil: 1995. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/312#resultado>>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de Mari: Número de Estabelecimentos Agropecuários (Hectares e Unidades)**. Brasil: 2006. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/840#resultado>>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de Mari: Censo Agropecuário de Mari: Número de Estabelecimentos Agropecuários (Hectares e Unidades)**. Brasil: 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6754#resultado>>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

HAESBAERT, Rogério. **A Nova Des-ordem Mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto história: revista do programa de estudos pós-graduados de história**, v. 16, 1998.

LIMA, Edvaldo Carlos De; SILVA, Juliane Faustino da. A Educação do Campo na Dinâmica do Território Camponês: Um Olhar Para as Práticas Educativas e Processos Metodológicos na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes – Mari/PB. In: **Anais da XIII Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão do Centro de Humanidades- UFCG**. Anais...Campina Grande (PB) Universidade Federal de Campina Grande, 2022. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/sepechufcg/527881-a-educacao-do-campo-na-dinamica-do-territorio-campones--um-olhar-para-as-praticas-educativas-e-processos-metodolo/>>. Acesso em: 24/10/2023.

LIMA, Sueli Roberto de Oliveira. **A expansão urbana em Mari/PB: um estudo sobre os loteamentos da cidade**. Monografia (graduação) Guarabira: UEPB, 2019.

LOURENÇO, Nielson Polucena. **Da concepção de cooperação do MST a sua materialização no Assentamento Zumbi dos Palmares – Mari/PB**. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2014. 119f.

MARI. Governo Municipal de Mari. **Lei Complementar n° 758/2010**. Institui Normas Relativas ao Microempreendedor Individual, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, no

Município de Mari – PB, Conforme Lei Complementar 123 de 14.12.2006, Lei Complementar 127, de 14.08.2007, e Lei Complementar 128, de 19.12.2008 e dá outras providências. Mari – PB: Poder Executivo Governo Municipal de Mari, 2010.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma Agrária: Questão de Terra ou de Gente?**. São Paulo: Moderna, 1987.

MELO, Martinho Ramalho de. **O trem de Alagoa Grande: nos trilhos de Great Western**. João Pessoa, Ideia, 2005.

MIRANDA, Newton Rodrigues. Breve histórico da questão das terras devolutas no Brasil e dos instrumentos legais de posse sobre esses bens. **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena**, n. 2, 2011.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996. 280p.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Website**. Disponível em: <<https://mst.org.br/tag/paraiba/>>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

OCTÁVIO, José. **História da Paraíba: lutas e resistência**. João Pessoa: União, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de; GARCÍA, María Franco. A Luta pela Terra e pela Educação no Assentamento Rural do MST Zumbi dos Palmares e no Acampamento Pequena Vanessa, Mari, Paraíba. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 10, n. 1, 2009.

PINTAUDI, Silvana Maria. A Cidade e as Formas do Comércio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos Caminhos da geografia**. 5. Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

MARI. **Comitativa realiza visita técnica a produtor de tilápia em Mari e prevê cenário promissor da atividade**. Mari: Site da prefeitura, 2021. Disponível em: <<https://mari.pb.gov.br/comitativa-realiza-visita-tecnica-a-produtor-de-tilapia-em-mari-e-preve-cenario-promissor-da-atividade/#:~:text=da%20C3%A1gua%20utilizada,-,Segundo%20dados%20do%20IBGE%2C%20o%20munic%3ADpio%20de%20Mari%2C%20ocupa%20o,apenas%20pelo%20munic%3ADpio%20de%20Bananeiras.>>. Acesso em: 27 de out. de 2023.

MARI. **História da cidade**. Mari: site da Prefeitura de Mari. Disponível em: <<https://mari.pb.gov.br/cidade/historia/>>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de. Sobre as origens da favela. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, 2011, p. 33-48.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Luana Louyse Martins. Questão Agrária e Ideologia Jurídica: a Função Social da Propriedade Rural. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio; SANTOS, Laiany Rose Souza (org.). **A Questão agrária e os conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 101 – 121.

SANTOS, Maria Clyvia Martins dos. **A Tragédia de Mari: A resistência camponesa no Município de Mari – PB em 1964**. Dissertação (mestrado) - João Pessoa: UFPB, 2017. 187f.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. São Paulo: Record, 2010.

SANTOS, Selma de Fatima. A Questão Agrária no Brasil: da Revolução Verde ao Agronegócio. In: NOVAES, Henrique Tahan; MAZIN, Angelo Diogo; SANTOS, Lais (org.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 39 – 58.

SMDEA. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agrário. **Início**. Mari: SMDEA, 2023. Disponível em: < <https://www.maridesenvolvimentoagrario.com.br/>>. Acesso em: 24 de out. de 2023.

SMDEA. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agrário. **Projetos**. Mari: SMDEA, 2023. Disponível em: < <https://www.maridesenvolvimentoagrario.com.br/projetos>>. Acesso em: 24 de out. de 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Áurea Regina Oliveira da. **A Participação dos jovens nos Assentamentos Rurais do Município de Mari [PB]**. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. 189p.

SILVA, Maria de Lurdes Fernandes da. **A rádio comunitária Araçá FM da cidade de Mari/PB**. Artigo (graduação em geografia) – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Guarabira, 2016. 23p.

SOARES, Maria Simone Moraes. **Território e cidade nos trilhos da Estrada de Ferro Conde D’Eu - Província da Parahyba do Norte (1871-1901)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2018.

SOUZA, Joseilton Silva; AMARANTE, Patrícia Araújo; AMARANTE, José Carlos Araújo. Efetividade da política de desenvolvimento econômico local: uma análise sobre os microempreendedores individuais no município de Mari/Paraíba. **Revista Economia & Gestão**, v. 22, n. 62, p. 39-65, 2022.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: Sobre o Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. & CORREA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995. p. 77 – 116.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 2010.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. Santa Catarina: Contexto, 1988.

STÉDILE, Miguel Enrique. Levantados do Chão: questão agrária e a organização dos camponeses na luta pela terra. *In*: NOVAES, Henrique Tahan; MAZIN, Angelo Diogo; SANTOS, Lais (org.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 59 – 72.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa Qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

WANDERLEY, Kamila Karine dos Santos. **Fazer e Ensinar em História”: memória e construção da educação do campo na escola municipal zumbi dos palmares – Mari/ PB**. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores), Centro de Ciências Sociais Aplicadas – UEPB, 2017. 136 p.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura**. São Paulo: Companhia de Letras, 1989.